



INFORMAÇÕES  
TRIMESTRAIS

2T25

BOMBRIL  
PRESS RELEASE 2T25



# Destques de 6M25

Receita Bruta  
**R\$ 1.168,2 milhões**  
Crescimento de +1,4%

Volume  
**224,8 mil toneladas**  
Crescimento de +5,2%

Resultado Bruto  
**R\$ 321,6 milhões**

Ebitda Ajustado  
**R\$ 81,9 milhões**

Lucro líquido Contábil  
**R\$ 3,9 milhões**

Colaboradores  
**3.174**  
2.415 diretos e 759 indiretos

Caminhões expedidos no 2T25  
**2.704**  
(média por mês)

**15 Marcas**  
Totalizando 243 SKUs



# Mensagem da Administração



**Silvia Suemy Toma**  
CEO | Presidente

Apresentamos os resultados da Bombril referentes ao segundo trimestre de 2025 (2T25). Este período consolida a resiliência de nossas operações frente a um cenário macroeconômico que exigiu cautela e disciplina na alocação de recursos.

No 2T25, a Receita Líquida consolidada atingiu **R\$ 416,4 milhões**, com um Lucro Bruto de **R\$ 172,2 milhões**, refletindo uma margem bruta de **41,4%**. Estes indicadores demonstram a força de nossas marcas e a assertividade de nossas estratégias, mesmo diante da volatilidade que impactou o consumo doméstico. Mantivemos o foco em inovações sustentáveis, como o aprimoramento da linha de amaciantes com ativos de origem vegetal, reforçando nosso compromisso com o consumidor moderno.

## Gestão Estratégica e Reestruturação

No segundo trimestre de 2025, a Companhia deu continuidade às iniciativas iniciadas no período anterior, no contexto da nova etapa de sua governança financeira com o pedido de

**Recuperação Judicial** protocolado em 10 de fevereiro e deferido em 12 de fevereiro de 2025. Esta decisão buscou preservar a capacidade operacional e endereçar, de forma organizada, passivos tributários históricos.

Com a subsequente homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia iniciou a etapa de novação de suas obrigações. Este processo, pautado pelo diálogo com nossos credores, é o alicerce para a estabilização definitiva de nossa estrutura de capital e fluxos financeiros.

A homologação da RJ pela Justiça e a captação de empréstimos DIP, também resultou na superação da abstenção anteriormente reportada.

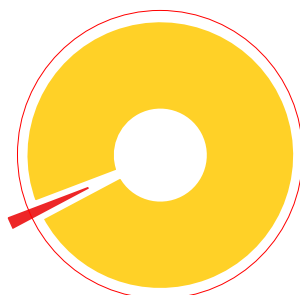
## Fortalecimento da Estrutura de Capital

Em 30 de junho de 2025, o patrimônio líquido reflete o reconhecimento de passivos T-Bills referentes a discussões judiciais históricas. Para assegurar a solidez da continuidade operacional, nossa estratégia de liquidez está estruturada em três pilares fundamentais: (i) otimização de recursos; (ii) eficiência tributária e (iii) controle operacional rígido.

A atual gestão assume o compromisso de executar com rigor as diretrizes de reestruturação aprovadas, garantindo que a excelência operacional da Bombril se reflita consistentemente na manutenção da continuidade operacional da Companhia.

Tenham todos uma excelente leitura!

## Mercados de Atuação



Mais de  
**96%**  
dos varejos alimentares

**15 marcas** e  
**243 itens** de limpeza

## Lançamentos

2T25

**Limpa Vidros**  
Único da categoria com fórmula 4 em 1, agora disponível na versão Cristal.





## Quadro resumo dos principais resultados

Apresentamos nossos indicadores de performance dos resultados referentes ao segundo trimestre de 2025 (**2T25**), evidenciando o desempenho operacional e financeiro da Companhia, bem como a evolução dos principais indicadores no período.

Valores expressos em R\$ milhões

<b>EBITDA (em R\$ milhões)</b>	<b>2T25</b>	<b>2T24</b>	<b>Var. %</b>	<b>6M25</b>	<b>6M24</b>	<b>Var. %</b>
Receita Líquida	416,4	417,8	-0,3%	813,7	783,9	3,8%
(=) Lucro / Prejuízo do exercício	3,8	19,9	-81,0%	3,9	34,8	-88,7%
(-) IR / CS	0,4	11,3	-96,1%	(0,8)	23,1	-103,3%
(+/-) Resultado financeiro	29,9	29,4	1,6%	62,7	59,0	6,2%
(+) Depreciação/Amortização	6,0	7,3	-17,1%	12,3	13,8	-11,1%
<b>(=) EBITDA</b>	<b>40,1</b>	<b>67,8</b>	<b>-40,8%</b>	<b>78,1</b>	<b>130,7</b>	<b>-40,3%</b>
(+/-) Reversão honorários advocatícios - T'Bills	3,0	-		3,8	-	-
<b>(=) EBITDA Ajustado</b>	<b>43,1</b>	<b>67,8</b>	<b>-36,4%</b>	<b>81,9</b>	<b>130,7</b>	<b>-37,4%</b>

<b>DRE (em R\$ milhões)</b>	<b>2T25</b>	<b>2T24</b>	<b>Var. %</b>	<b>6M25</b>	<b>6M24</b>	<b>Var. %</b>
Receita Líquida	416,4	417,8	-0,3%	813,7	783,9	3,8%
(-) Custos dos Produtos Vendidos	(244,1)	(247,3)	-1,3%	-492,1	(450,8)	9,2%
<b>(=) Resultado Bruto</b>	<b>172,2</b>	<b>170,5</b>	<b>1,0%</b>	<b>321,6</b>	<b>333,2</b>	<b>42,5%</b>
(+/-) Despesas/Receitas Operacionais	(135,1)	(109,9)	22,9%	(251,9)	(216,2)	16,5%
(+/-) Despesas/Receitas Operacionais - não recorrentes	(3,0)	-	-	(3,8)	-	-
(+/-) Resultado Financeiro	(29,9)	(29,4)	1,6%	(62,7)	(59,0)	6,2%
(-) IR / CS	(0,4)	(11,3)	-96,1%	0,8	(23,1)	-103,3%
<b>(=) Lucro (prejuízo) do exercício contábil</b>	<b>3,8</b>	<b>19,9</b>	<b>-81,0%</b>	<b>3,9</b>	<b>34,8</b>	<b>-88,7%</b>



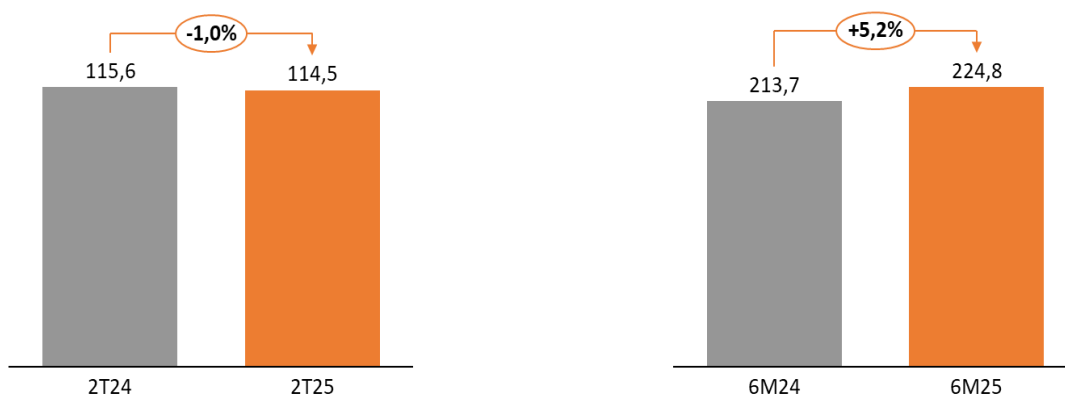
# Desempenho Econômico-Financeiro

Valores expressos em milhões

## Volume de vendas

A quantidade de produtos vendidos no segundo trimestre de 2025 (2T25) totalizou **114,5 mil toneladas**, representando uma redução de **1,0%** em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do semestre, o volume de vendas alcançou **224,8 mil toneladas**, um aumento de **5,2%** na comparação com o 6M24.

O desempenho de volume no trimestre foi impactado principalmente pela readequação de preços para recomposição parcial de margens, em função do aumento de custos decorrentes da variação cambial entre os períodos e do forte aumento dos custos de insumos experimentado pelo mercado.

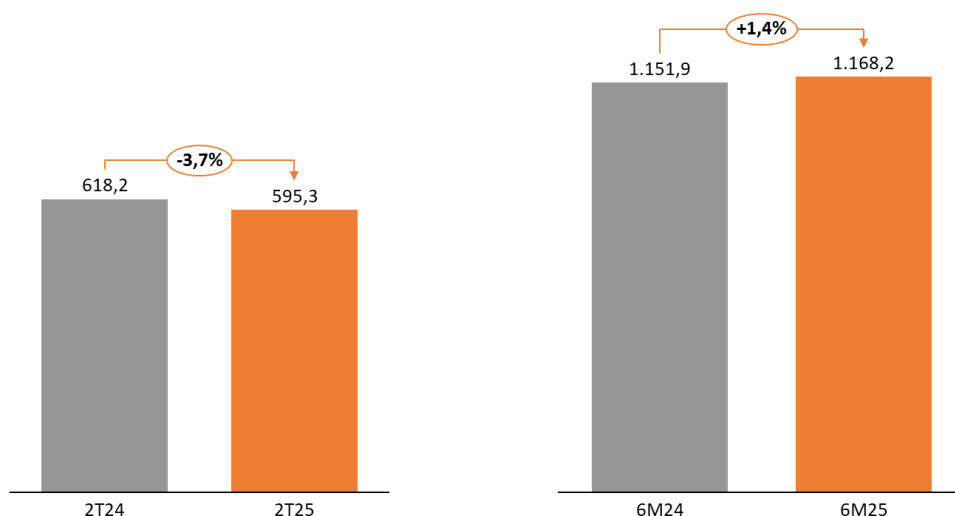


## Receita operacional bruta

Valores expressos em R\$ milhões

A receita operacional bruta no 2T25 atingiu **R\$ 595,3 milhões**, representando uma redução de **3,7%** em relação ao 2T24. No acumulado do 6M25, a receita manteve-se em linha com o 6M24, com crescimento de **1,4%**, totalizando **R\$ 1.168,2 milhões**, frente a **R\$ 1.151,9 milhões** no mesmo período do ano anterior.

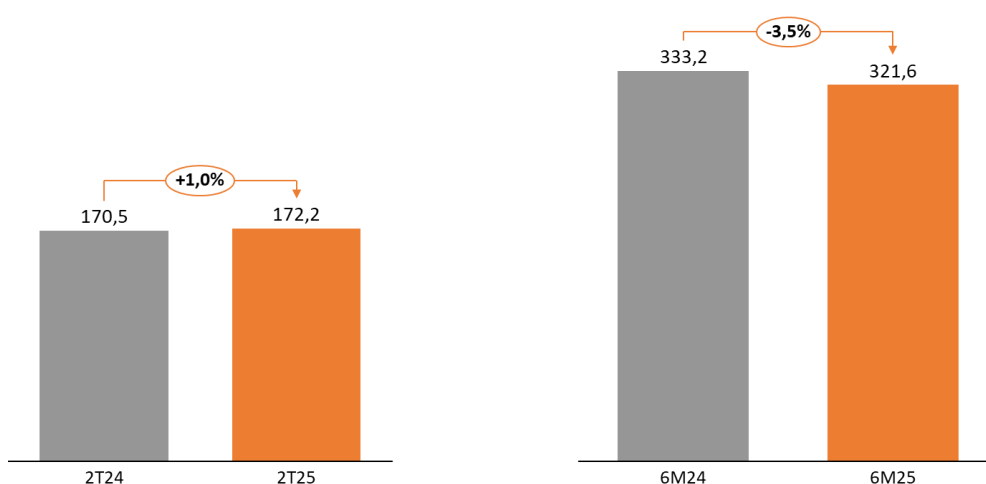
A receita bruta do período registrou uma ligeira retração, resultado da conjugação entre a queda no volume de vendas e a alteração no mix de produtos. Este desempenho ocorreu em um cenário mercadológico de intensa competitividade, com a crescente inclinação do mercado de limpeza para a categoria de produtos de menor preço (low-price).



## Resultado Bruto

O resultado bruto do 2T25 alcançou **R\$ 172,2 milhões**, mantendo-se em linha com o registrado no mesmo período de 2024. A margem bruta foi de **41,4%**, também em linha com a margem do 2T24. No acumulado do semestre, o resultado bruto totalizou **R\$ 321,1 milhões**, representando uma redução de **3,5%** em relação ao 6M24, que somou **R\$ 332,2 milhões**.

O Resultado Bruto no período apresentou uma sutil variação, refletindo a queda no volume de vendas, conforme detalhado anteriormente, sendo esse impacto compensado parcialmente compensada pelo repasse de preços, que atenuou o impacto do significativo aumento no Custo dos Produtos Vendidos (CPV). O aumento do CPV foi impulsionado, sobretudo, pela desvalorização do Real frente à moeda norte-americana e pelo forte incremento nos custos dos insumos essenciais utilizados na produção.



## Despesas e Receitas Operacionais (Ajustado)

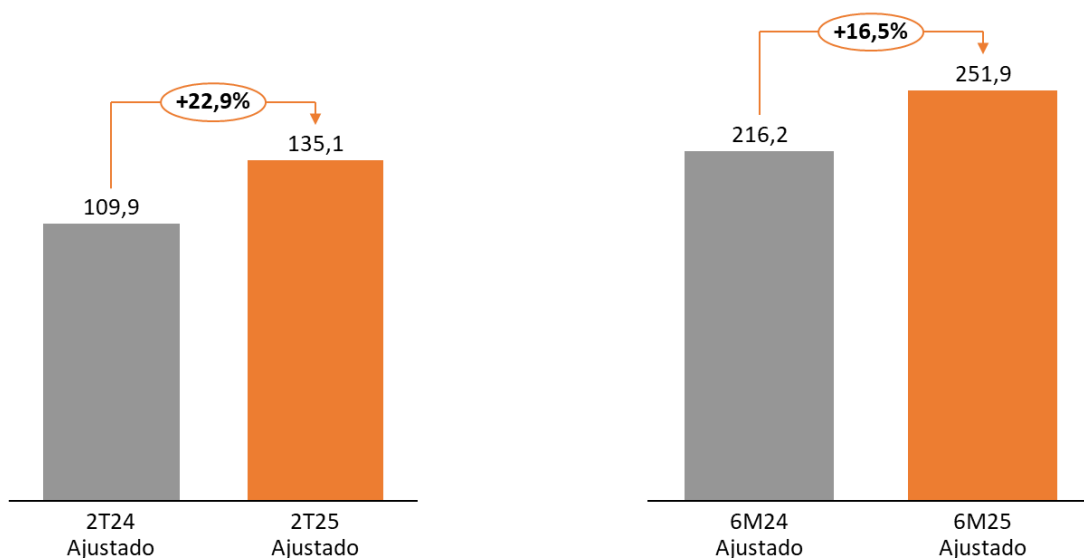
As despesas e receitas operacionais ajustadas no 2T25 totalizaram **R\$ 135,1 milhões**, representando um aumento de **22,9%** comparado ao 2T24.

A variação apresentada no período entre tris é composta por aumento de 9,0% nas Despesas Gerais e Administrativas, explicado pelo aumento de despesas de Serviços de Terceiros com consultoria estratégica contratada para alavancagem de processos operacionais, comerciais e de marketing.

No acumulado do semestre, houve um aumento das despesas de **20,0%**, totalizando **R\$ 251,9 milhões** no 6M25, frente a **R\$ 216,1 milhões** no 6M24. A variação observada no período foi motivada, principalmente, por:

- (i) aumento de 24,9% nas Despesas com Vendas, decorrente de despesas com frete sobre vendas por aumento de volume e diversificação de perfil de clientes regionais, alinhados com as ações táticas da Companhia;
- (ii) aumento de 3,2% nas Despesas Gerais e Administrativas, explicado pelo aumento de despesas de Serviços de Terceiros com consultoria estratégica contratada para alavancagem de processos operacionais, comerciais e de marketing.

Por fim, em Outras Despesas Operacionais, o 2T25 e 6M25 foram impactados por despesas não recorrentes provenientes da operacionalização do pedido de recuperação judicial.



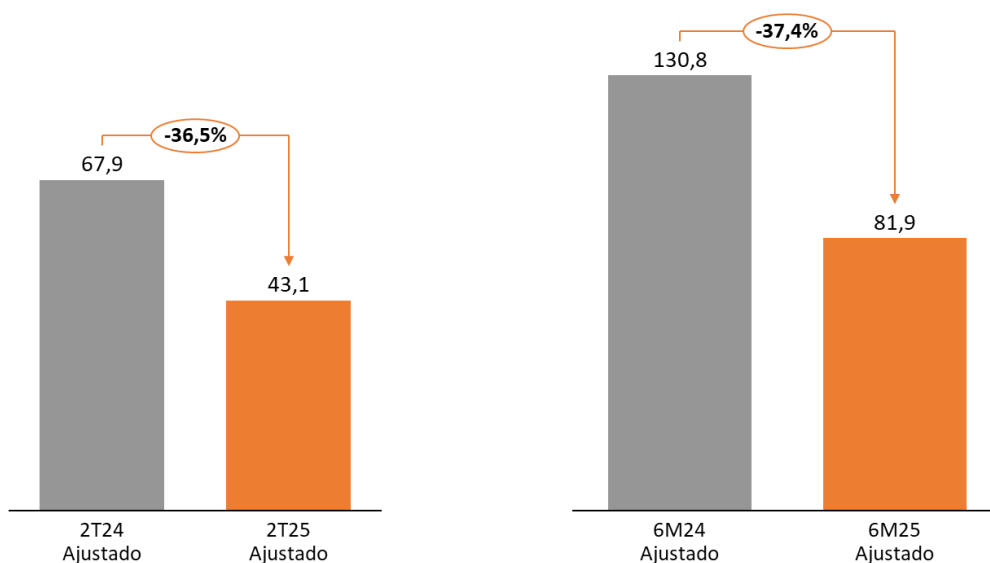


## EBITDA Ajustado

No 2T25, o EBITDA Ajustado atingiu **R\$ 43,1 milhões**, redução de **36,4%** em comparação com o mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA ajustada foi de **10,4%**, uma redução de **5,9 p.p.** em relação ao 2T24. O evento não recorrente expurgado do 2T25 para constituição do EBITDA ajustado totalizou **R\$ 3,0 milhões**, e trata-se de ajuste para fins de EBITDA ajustado referentes a honorários advocatícios referente aos processos T-Bills.

Em relação ao acumulado, observa-se uma redução de **37,4%**, passando de **R\$ 130,7 milhões** no 6M24 para **R\$ 81,9 milhões** no 6M25. O percentual da Receita Líquida reduziu de **16,7%** para **10,1%**, o que representa uma queda de **6,6 p.p.**

O desempenho foi menor tanto entre tris e no comparativo do acumulado, em função dos aumentos de custos já mencionados, que não foram repassados totalmente aos preços de venda como parte da estratégia de longo prazo da companhia. Essa estratégia visa equilíbrio entre a retomada de *market share* e o reposicionamento de preços, com foco no aumento da competitividade no mercado de limpeza.

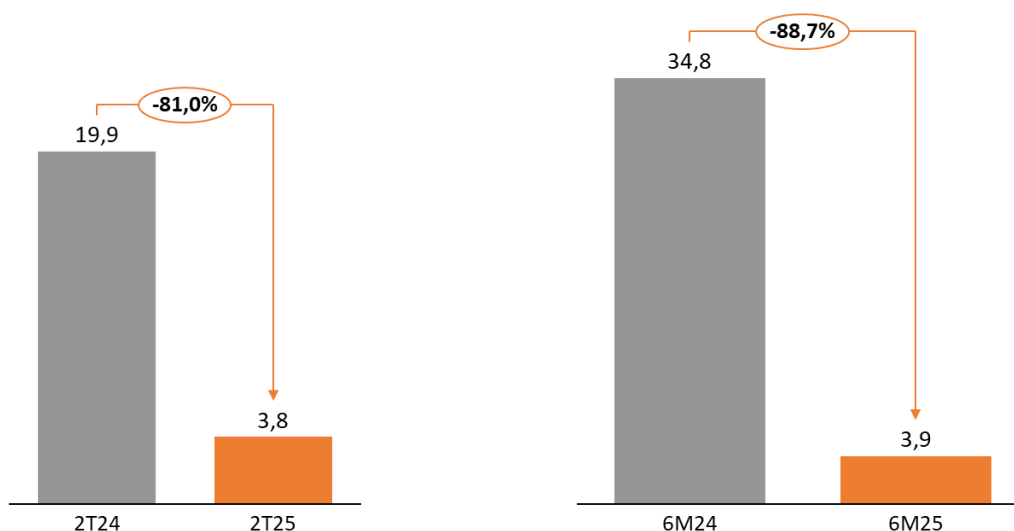




## Lucro Líquido Contábil

O lucro líquido apresentou retração no 2T25, atingindo **R\$ 3,8 milhões**, com queda de **81,0%** em relação ao 2T24. No acumulado do semestre, o lucro líquido atingiu **R\$ 3,9 milhões**, uma redução de **88,7%** na comparação entre 6M25 e 6M24.

No 2T25 e no acumulado de 2025, a Companhia apresentou um recuo do desempenho afetado em sua maioria pelo reconhecimento dos juros referente aos processos tributários T-Bills. Além da variação do EBITDA, já explicada anteriormente, tivemos um impacto positivo no Resultado financeiro, pela redução de endividamento decorrente do congelamento dos pagamentos por causa da Recuperação Judicial.



# Créditos

## Conselho Administrativo

Ronaldo Sampaio Ferreira  
Célio de Melo Almada Neto  
Hagen Wolf de Albuquerque Schoof  
Jonatas Giovinazzo Garcia

## Conselho Fiscal

Erica Rodrigues Prado  
Marcelo Adilson Tavarone Torresi  
Thiago Gatti Barbosa

## Diretoria Executiva Estatutária

**Silvia Suemy Toma**  
CEO - Diretora Presidente

**Renata Baraldi Margutti**  
CFO e RI - Diretora Financeira e de Relações com Investidores

**Fabiana Ramos Gotardo**  
Diretora de Marketing

**Leonardo Pereira da Silva**  
Diretor de Operações

**Thiago Pereira da Silva**  
Diretor de Desenvolvimento Humano Organizacional (DHO)

## Contato Relações com Investidores

**Fernando Henrique Fontolan**  
Gerente de Contabilidade e de Relações com Investidores

**Guilherme Afonso do Nascimento**  
Analista de Relações com Investidores

**Relações com Investidores**  
acionista@bombril.com.br  
+55 11 99455-5858  
<https://ri.bombril.com.br>

**BOM  
BRIL**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, à Diretoria e ao Conselho de Administração da  
Bombril S.A. - Em Recuperação Judicial e Controladas

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Bombril S.A. - Em Recuperação Judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Base para conclusão com ressalva**

#### Provisão de fretes

Conforme mencionado na nota explicativa 20, em 30 de junho de 2025, a Companhia apresenta na rubrica de “outros passivos” do balanço patrimonial individual e consolidado, provisão para fretes a pagar nos montantes de R\$ 16.493 mil e R\$ 1.461 mil, respectivamente. Não nos foram disponibilizadas informações, composições, conciliações e/ou evidências suficientes e apropriadas sobre as referidas provisões constituídas.

Conseqüentemente, não nos foi praticável determinar se seria necessário e por qual montante efetuar algum ajuste nas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2025.

## **Conclusão com ressalva**

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, do assunto descrito na seção "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

## **Ênfases**

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1.1 e 1.3 às informações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem que, em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 191.217 mil, patrimônio líquido negativo de R\$ 1.603.799 mil e obrigações tributárias a recolher no montante de R\$ 1.730.537 mil, em fase de negociação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"). Os planos da Administração com relação a esses assuntos estão descritos nas referidas notas explicativas. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

### **Recuperação Judicial**

Chamamos atenção para as notas explicativas nº 1.2 e 1.4 às informações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem o fato de que a Companhia e suas controladas, Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. e Bril Cosméticos S.A. encontram-se em processo de recuperação judicial. Ações relevantes previstas no Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") foram concluídas e implementadas após a data-base das informações financeiras, incluindo a reestruturação da dívida e a captação de novos recursos conforme estabelecido no PRJ. Existem, ainda, ações adicionais a serem executadas no âmbito do PRJ, conforme descrito nas referidas notas explicativas. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Outros assuntos**

#### *Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anteriores*

Os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria em 26 de novembro de 2025, com abstenção de opinião, cuja base para abstenção de opinião foi a existência de múltiplas incertezas relacionadas: (i) ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral de Credores, mas que ainda estava pendente de homologação naquela data; (ii) à negociação dos pagamentos de autos de infração com a PGFN; e (iii) à provisão de fretes, nos montantes de R\$17.465 mil na controladora e R\$5.477 mil no consolidado, registrados em 31 de dezembro de 2024.

Os valores correspondentes, relativos às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado referentes ao período de findo em 30 de junho de 2024, apresentados para fins de comparação nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 2.5, foram revisados por outro auditor independente, que emitiu relatório de revisão sem modificação em 14 de agosto de 2024. Os ajustes de reapresentação das demonstrações do valor adicionado – DVA referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, descritos na nota explicativa 2.5, não foram auditados ou revisados por outro auditor, tampouco por nós. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes nem sobre as informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2024, portando, não expressamos opinião, conclusão ou qualquer forma de assecuração sobre esses valores.

## *Demonstrações do valor adicionado*

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de abril de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Délio Rocha Leite  
Contador  
CRC nº 1 SP 189302/O-8

**BOMBRIL S.A.**

BALANÇO PATRIMONIAL  
30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024			30/06/2025	31/12/2024		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	27.366	33.320	27.344	36.396	Fornecedores	14	283.511	190.116	279.672	189.220
Títulos e valores mobiliários	4	1.315	13.894	1.315	13.894	Obrigações sociais e trabalhistas	15	38.946	27.951	40.179	28.672
Contas a receber de clientes	5	219.143	196.709	219.143	196.709	Empréstimos e financiamentos	16	195.391	124.483	195.391	124.483
Estoques	6	155.738	119.501	155.742	119.565	Passivos de arrendamentos	11	744	5.324	716	5.026
Tributos a recuperar	7	12.189	4.735	15.415	6.741	Obrigações tributárias a recolher	17	50.166	47.685	54.711	50.271
Despesas antecipadas	-	7.671	6.040	7.814	6.064	Provisões diversas	19	28.002	12.967	28.292	13.294
Outros ativos	8	2.519	6.982	2.813	1.740	Outros passivos	20	36.797	31.558	21.842	19.569
Total do ativo circulante		<u>425.941</u>	<u>381.181</u>	<u>429.586</u>	<u>381.109</u>	Total do passivo circulante		<u>633.557</u>	<u>440.084</u>	<u>620.803</u>	<u>430.535</u>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e valores mobiliários	4	3.495	16.727	3.495	16.728	Empréstimos e financiamentos	16	-	167.407	-	167.407
Tributos a recuperar	7	1.663	2.415	2.102	2.863	Passivos de arrendamentos	11	10.213	8.346	5.924	4.219
Partes relacionadas	9	8.806	2.247	-	-	Obrigações tributárias a recolher	17	1.785.496	1.766.257	1.785.496	1.766.257
Tributos diferidos	18	72.026	63.794	72.026	63.794	Partes relacionadas	9	31.376	31.174	-	-
Depósitos judiciais	21.3	80.749	73.313	80.749	73.310	Tributos diferidos	18	-	-	37.244	37.888
Outros ativos	8	1.338	971	1.435	1.065	Provisões diversas	19	1.508	1.460	1.508	1.460
Total do ativo realizável a longo prazo		<u>168.077</u>	<u>159.467</u>	<u>159.807</u>	<u>157.760</u>	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	21	28.840	27.600	30.746	29.376
Investimentos	10	151.421	151.569	-	-	Outros passivos	20	218	218	218	218
Direito de uso	11	10.627	13.100	6.304	8.674	Total do passivo não circulante		<u>1.857.651</u>	<u>2.002.462</u>	<u>1.861.136</u>	<u>2.006.825</u>
Imobilizado	12	129.233	126.467	280.277	278.999	Total do passivo		<u>2.491.208</u>	<u>2.442.546</u>	<u>2.481.939</u>	<u>2.437.360</u>
Intangível	13	2.110	3.041	2.166	3.097	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</b>	22				
Total do ativo não circulante		<u>461.468</u>	<u>453.644</u>	<u>448.554</u>	<u>448.530</u>	Capital social		879.785	879.785	879.785	879.785
						Reservas de capital		6.745	6.745	6.745	6.745
						Ajustes de avaliação patrimonial		72.769	73.463	72.769	73.463
						Prejuízos acumulados		(2.563.098)	(2.567.714)	(2.563.098)	(2.567.714)
						Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(1.603.799)	(1.607.721)	(1.603.799)	(1.607.721)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>887.409</u>	<u>834.825</u>	<u>878.140</u>	<u>829.639</u>	Total do passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		<u>887.409</u>	<u>834.825</u>	<u>878.140</u>	<u>829.639</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

**BOMBRIL S.A.**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
 PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por  
 ação)

	Notas Explicativas	Controladora				Consolidado			
		01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2024 a 30/06/2024
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	24	812.752	416.256	783.758	417.701	813.721	416.360	783.930	417.812
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	25	(492.713)	(244.906)	(451.724)	(247.893)	(492.148)	(244.130)	(450.759)	(247.338)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>320.039</b>	<b>171.350</b>	<b>332.034</b>	<b>169.808</b>	<b>321.573</b>	<b>172.230</b>	<b>333.171</b>	<b>170.474</b>
Despesa com vendas	25	(188.584)	(101.092)	(151.166)	(77.233)	(189.520)	(101.745)	(151.767)	(77.537)
Despesas gerais e administrativas	25	(61.987)	(33.771)	(60.019)	(31.016)	(62.681)	(34.189)	(60.715)	(31.353)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	(3.371)	(2.063)	(3.613)	(957)	(3.540)	(2.186)	(3.752)	(1.029)
Resultado de equivalência patrimonial	10.2	(148)	(213)	(35)	35	-	-	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		<b>65.949</b>	<b>34.211</b>	<b>117.201</b>	<b>60.637</b>	<b>65.832</b>	<b>34.110</b>	<b>116.937</b>	<b>60.555</b>
Receitas financeiras		977	361	3.724	1.421	979	361	3.820	1.426
Despesas financeiras		(63.314)	(30.034)	(62.774)	(30.831)	(63.643)	(30.256)	(62.817)	(30.846)
Resultado financeiro	27	(62.337)	(29.673)	(59.050)	(29.410)	(62.664)	(29.895)	(58.997)	(29.420)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>3.612</b>	<b>4.538</b>	<b>58.151</b>	<b>31.227</b>	<b>3.168</b>	<b>4.215</b>	<b>57.940</b>	<b>31.135</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(7.922)	(5.127)	(17.634)	(7.810)	(8.122)	(5.127)	(18.070)	(8.042)
Imposto de renda e contribuição social diferido		8.232	4.366	(5.675)	(3.560)	8.876	4.689	(5.028)	(3.237)
	18	310	(761)	(23.309)	(11.370)	754	(438)	(23.098)	(11.279)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>3.922</b>	<b>3.777</b>	<b>34.842</b>	<b>19.857</b>	<b>3.922</b>	<b>3.777</b>	<b>34.842</b>	<b>19.856</b>
Lucro por ação (R\$) – Básico		0,00015	0,00014	0,00131	0,00075				
Lucro por ação (R\$) – Diluído		0,00015	0,00014	0,00131	0,00075				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

**BOMBRIL S.A.**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2024 a 30/06/2024
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.922	3.777	34.842	19.857	3.922	3.777	34.842	19.856
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>3.922</u>	<u>3.777</u>	<u>34.842</u>	<u>19.857</u>	<u>3.922</u>	<u>3.777</u>	<u>34.842</u>	<u>19.856</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

**BOMBRIL S.A.**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 30 DE JUNHO DE 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva de Capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		879.785	6.745	76.048	(1.018.084)	(55.506)
Lucro do período		-	-	-	34.842	34.842
Custo atribuído e reserva de reavaliação		-	-	(1.294)	1.294	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		<u>879.785</u>	<u>6.745</u>	<u>74.754</u>	<u>(981.948)</u>	<u>(20.664)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	22	<u>879.785</u>	<u>6.745</u>	<u>73.463</u>	<u>(2.567.714)</u>	<u>(1.607.721)</u>
Lucro do período		-	-	-	3.922	3.922
Custo atribuído e reserva de reavaliação		-	-	(693)	693	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025	22	<u>879.785</u>	<u>6.745</u>	<u>72.770</u>	<u>(2.563.099)</u>	<u>(1.603.799)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

**BOMBRIL S.A.**
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido antes do imposto de renda		3.612	58.151	3.168	57.940
Ajustes para conciliar o lucro do período ao caixa oriundo das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11,12,13	10.973	12.389	12.166	13.802
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas	5	1.464	1.530	1.464	609
Provisão (reversão) de estoques	6	1.910	747	1.910	747
Juros sobre empréstimos	16	22.327	54.423	22.327	54.423
Atualização monetária de obrigações tributárias T.Bills		31.460	-	31.460	-
Juros sobre arrendamentos	11	993	1.894	993	1.697
Ajuste a valor presente líquido	5,14	121	(260)	121	(260)
Equivalência patrimonial	10	148	35	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	1.434	1.774	1.589	1.873
Perda na alienação, líquido de baixa do ativo imobilizado	12.3	-	95	188	107
Lucro líquido do período ajustado		<u>74.442</u>	<u>130.778</u>	<u>75.386</u>	<u>130.938</u>
<b>VARIAÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS:</b>					
Contas a receber	5	(24.444)	(39.197)	(24.444)	(38.270)
Estoques	6	(38.147)	(35.898)	(38.087)	(35.918)
Despesas antecipadas		(1.319)	(1.112)	(995)	(1.076)
Partes relacionadas	9	(6.559)	(355)	-	-
Tributos a recuperar	17	(14.934)	39.215	(16.145)	39.985
Depósitos judiciais	21	(7.436)	(7.288)	(7.439)	(7.291)
Outros ativos	8	4.097	(4.146)	(1.441)	(4.800)
Variação nos ativos operacionais		<u>(88.742)</u>	<u>(48.781)</u>	<u>(88.551)</u>	<u>(47.370)</u>
<b>VARIAÇÃO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS:</b>					
Fornecedores	14	93.820	68.318	90.877	65.764
Obrigações sociais e trabalhistas	15	10.995	(241)	11.507	96
Obrigações tributárias a recolher	17	(2.277)	(23.256)	(318)	(19.719)
Partes relacionadas	9	202	2	-	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (pagamentos)	21	(195)	(6.014)	(219)	(6.014)
Outros passivos e provisões diversas		20.318	16.236	16.674	13.242
Variação nos passivos operacionais		<u>122.863</u>	<u>55.045</u>	<u>118.521</u>	<u>53.369</u>
<b>Fluxo de caixa gerado das atividades operacionais</b>					
Fluxo de caixa gerado das atividades operacionais		108.563	137.042	105.356	136.937
Pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(7.463)	-	(7.463)	-
Juros pagos	16	(23.797)	(28.970)	(23.797)	(28.970)
Fluxo de caixa líquido gerado das atividades operacionais		<u>77.303</u>	<u>108.072</u>	<u>74.096</u>	<u>107.967</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	12.2, 12.3	(10.083)	(4.172)	(10.083)	(4.370)
Resgate em títulos e valores mobiliários	4	25.811	19.544	25.812	19.542
Fluxo de caixa gerado das atividades de investimento		<u>15.728</u>	<u>15.372</u>	<u>15.729</u>	<u>15.172</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	16	88.699	111.100	88.699	111.100
Pagamento de passivo de arrendamento	11.2	(3.956)	(5.604)	(3.848)	(5.333)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(183.728)	(182.598)	(183.728)	(182.598)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(98.985)</u>	<u>(77.102)</u>	<u>(98.877)</u>	<u>(76.831)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>3</b>	<u>(5.954)</u>	<u>46.342</u>	<u>(9.052)</u>	<u>46.308</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		33.320	15.331	36.396	17.511
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		27.366	61.673	27.344	63.819
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(5.954)</u>	<u>46.342</u>	<u>(9.052)</u>	<u>46.308</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

**BOMBRIL S.A.****DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS  
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
	Reapresentado		Reapresentado	
<b>RECEITAS</b>				
Receita de mercadorias, produtos e serviços	1.092.050	1.061.523	1.090.950	1.061.671
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.464)	(1.774)	(1.464)	(1.774)
Outras receitas operacionais	(36)	906	(36)	909
	<u>1.090.550</u>	<u>1.060.655</u>	<u>1.089.450</u>	<u>1.060.806</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(586.025)	(532.252)	(582.036)	(529.566)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(171.703)	(171.598)	(172.806)	(172.417)
Perda e recuperação de valores ativos	-	(10)	-	(11)
	<u>(757.728)</u>	<u>(703.860)</u>	<u>(754.842)</u>	<u>(701.994)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<u>332.822</u>	<u>356.795</u>	<u>334.608</u>	<u>358.812</u>
Depreciação e amortização	(10.973)	(12.407)	(12.166)	(13.508)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<u>321.849</u>	<u>344.388</u>	<u>322.442</u>	<u>345.304</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(148)	(34)	-	(1)
Receitas financeiras	977	3.725	979	3.819
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<u>322.678</u>	<u>348.079</u>	<u>323.421</u>	<u>349.122</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>PESSOAL E ENCARGOS:</b>				
Remuneração direta	70.333	72.056	70.734	72.530
Benefícios	30.705	29.405	30.875	29.595
FGTS	5.156	6.112	5.193	6.151
	<u>106.194</u>	<u>107.573</u>	<u>106.802</u>	<u>108.276</u>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES:</b>				
Federais	61.127	62.686	60.584	62.631
Estaduais	72.770	70.319	72.533	70.282
Municipais	1.832	1.570	2.238	1.598
	<u>135.729</u>	<u>134.575</u>	<u>135.355</u>	<u>134.511</u>
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS:</b>				
Juros	63.314	58.641	63.643	58.650
Aluguéis	10.332	8.879	10.444	9.244
Outras	3.187	3.569	3.255	3.599
	<u>76.833</u>	<u>71.089</u>	<u>77.342</u>	<u>71.493</u>
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO:</b>				
Lucro líquido do período	3.922	34.842	3.922	34.842
<b>VALOR TOTAL DISTRIBUÍDO</b>	<u>322.678</u>	<u>348.079</u>	<u>323.421</u>	<u>349.122</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

## BOMBRIL S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bombril S.A. - Em Recuperação Judicial (“Bombril”, “Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto inscrita perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, cujas ações são negociadas sob o código BOBR4, com sede na Avenida Marginal Direita da Via Anchieta, Km 14, Rudge Ramos cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo.

A Companhia e suas controladas (doravante o “Grupo”) têm como principal negócio a produção e comercialização de produtos de higiene e limpeza para consumo doméstico e industrial.

A Bombril é controladora direta e indiretamente das seguintes empresas:

- Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. - Em Recuperação Judicial (“Brilmaq”).
- Bril Cosméticos S.A. - Em Recuperação Judicial (“Bril”).
- Bril Store Comércio Digital Ltda. (“Bril Store”).
- BB Logística Ltda. (“BBlog”).

##### 1.1. Continuidade operacional

Em 30 de junho de 2025, a Companhia e suas controladas apresentaram um excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$207.616 na controladora e R\$191.217 no consolidado, passivo a descoberto no valor de R\$1.603.799 e obrigações fiscais a pagar em negociação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) no valor de R\$1.730.537, reconhecida no passivo não circulante.

Adicionalmente, a Companhia possui cláusulas de vencimento antecipado (“covenants”) de contratos de empréstimos e financiamentos não atingidos, obrigações financeiras vencidas e não pagas.

A Companhia e suas controladas, ajuizaram pedido de Recuperação Judicial “RJ”, o qual foi deferido em 12 de fevereiro de 2025. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, a Companhia e suas controladas apresentaram o plano de recuperação judicial em 22 de abril de 2025, contendo o detalhamento dos meios de recuperação a serem aplicados, a demonstração de sua viabilidade econômica e a avaliação dos seus bens e ativos.

O referido plano de recuperação foi aditado em 22 de abril de 2025, aprovado pela Assembleia Geral de Credores em 6 de agosto de 2025 e homologado pela justiça em 28 de novembro de 2025. Em 25 de fevereiro de 2026 o Administrador Judicial publicou o quadro de eleição de opções de pagamentos divulgando as escolhas feitas pelos credores (ver divulgações dos efeitos na nota explicativa nº 32.1).

O plano de recuperação judicial inclui as alternativas, para obter os recursos necessários à manutenção da operação e os fluxos de caixa projetados, para os próximos exercícios.

Essas projeções consideram incertezas relacionadas com:

- (i) A capacidade de geração futura de caixa pela Companhia, em montantes suficientes para pagamentos de suas obrigações, que depende do sucesso no crescimento operacional previsto nos orçamentos elaborados pela administração.

- (ii) Sucesso nas negociações com credores para captação de recursos necessários para gestão do fluxo de caixa.
- (iii) Captação de novos recursos.

Subsequentemente à data base das informações financeiras, a Companhia teve sucesso na negociação com credores na RJ e obteve a captação de recursos previstos no âmbito da recuperação judicial, conforme detalhado nas notas explicativas nº 1.2 e nº 1.4, respectivamente. Com este andamento, as ações relevantes no âmbito da recuperação judicial foram concluídas e implementadas em data subsequente às informações financeiras, havendo ainda ações adicionais a serem realizadas no âmbito da recuperação judicial, conforme descrito na nota explicativa nº 1.2.

A continuidade operacional da Companhia está sujeita a conclusão, em termos favoráveis à Companhia, da negociação junto a PGFN da obrigação tributária a pagar à União. Esse fato indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, e contemplam a realização dos ativos e liquidação dos passivos no curso normal dos negócios.

## 1.2. Recuperação Judicial

A Bombril divulgou fato relevante em 10 de fevereiro de 2025, informando aos acionistas e ao mercado, sobre o protocolo, em conjunto, com suas controladas Brilmaq e Bril, de pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Especializado da 1ª RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ do Estado de São Paulo (“Juízo da Recuperação Judicial”), nos termos da Lei nº 11.101/05 (“LFR”), conforme autorizado por seu acionista controlador e pelo Conselho de Administração da Companhia, com determinação da convocação de assembleia geral de acionistas para ratificar o pedido de (Recuperação Judicial - PRJ), na forma da lei.

Conforme detalhado nas Demonstrações Financeiras e no Formulário de Referência, a Bombril possui processos tributários relevantes, especialmente as relacionadas a autuações da Receita Federal por suposta falta de recolhimento de tributos incidentes em operações de aquisição de títulos de dívida estrangeiros (T-Bills), realizadas no período entre 1998 e 2001 pela Companhia e por veículo do grupo empresarial italiano Cragnotti & Partners, que era controlador da Bombril naquela época. Tais autuações são discutidas em processos judiciais e envolvem o valor total agregado de aproximadamente R\$2,3 bilhões (“Processos Judiciais”). Ver divulgações sobre a exposição fiscal referente ao T.Bills na nota explicativa nº 17.

Dada a relevância e o elevado valor envolvido, a administração da Companhia monitora constantemente o andamento dos Processos Judiciais. Nesse sentido, em função de decisão desfavorável proferida em 2024 em alguns Processos Judiciais, os Diretores da Companhia reavaliaram as chances de perda no âmbito dos Processos Judiciais e as alternativas para lidar com essa questão e seus impactos, amparados por pareceres de assessores externos. A Diretoria considerou que o atual risco de perda nos Processos Judiciais representa ameaça aos bons resultados contábeis que vêm sendo obtidos pela Bombril, expondo a Companhia a riscos considerados elevados, relacionados à reavaliação da sua capacidade de adimplência relativamente a fornecedores, e financiadores e, no limite, à descontinuidade de determinadas relações comerciais e vencimento antecipado de dívidas. Como resultado da reavaliação realizada, a administração deliberou pelo reconhecimento contábil de valores discutidos nos Processos Judiciais, determinando a adoção das medidas cabíveis.

Nesse contexto, o pedido de Recuperação Judicial foi formulado, no melhor interesse da Companhia, para (i) conduzir, de forma organizada, um procedimento abrangente de negociação com todos os interessados para adequação de sua estrutura de endividamento, (ii) possibilitar a manutenção da normalidade operacional das atividades da Companhia e de suas controladas, bem como (iii) proteger o caixa da Companhia e de suas controladas, em benefício de todos os seus credores, fornecedores, colaboradores, acionistas e demais stakeholders.

Em 12 de fevereiro de 2025 o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o processamento, de forma conjunta, do pedido de recuperação judicial formulado pela Companhia, pela Bril e pela Brilmaq, nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/2005 (“LFR”).

A decisão judicial de deferimento do processamento da Recuperação Judicial, dentre outras providências, determinou:

- a) A nomeação de Laspro Consultores Ltda. (“Laspro”) para atuar como administrador judicial.
- b) A suspensão de todas as ações e execuções em face do Grupo Bombril, bem como a proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre seus bens, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à Recuperação Judicial, nos termos do art. 6º e 52, inciso III, da LFR.
- c) A expedição de edital, nos termos do art. 52, § 1º da LRF, para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do processo de Recuperação Judicial.
- d) A apresentação do plano de recuperação judicial da Companhia no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da decisão judicial de deferimento, nos termos do art. 53 da LFR.

Em 22 de abril de 2025, a Companhia apresentou o seu Plano de Recuperação Judicial. O Plano estabelece os termos e condições propostos relativamente às principais medidas que poderão ser adotadas visando a superação da atual situação econômico-financeira da Companhia, a continuidade de suas atividades, a preservação de valor e a promoção de sua função social. O Plano de Recuperação judicial prevê as medidas indicadas abaixo:

- a) Reestruturação da dívida - A Companhia irá reestruturar as dívidas conforme detalhado a seguir.
  - i. Opções de pagamento para fornecedores - Em síntese, os titulares de créditos decorrentes de operações de fornecimento de produtos e serviços, estejam listados na Classe III (na qualidade de Credor Quirografário Não Financeiro) ou na Classe IV (Credor ME/EPP), poderão escolher uma das seguintes opções:
    - Opção A - Recebimento do valor integral do crédito ou R\$10.000,00, o que for menor, em 30 dias contados do quadro de eleição de opções de pagamento, ajustado pela TR (Taxa Referencial).
    - Opção B - Recebimento de 30% do valor do crédito, amortizado em 10 parcelas semestrais iguais, devidas entre o 5º e o 10º aniversários da publicação do quadro de eleição de opções de pagamento e ajustadas pela TR (Taxa Referencial).
    - Credores Colaboradores - Recebimento de 100% do crédito, amortizado em 3 parcelas mensais iguais, devidas a partir de 1 mês contado da publicação do quadro de eleição de opções de pagamento e ajustadas pela IPCA.

- ii. Opções de pagamento para os credores financeiros - Os titulares de créditos decorrentes de operações no mercado financeiro, listados na Classe III na qualidade de Credores Quirografários Financeiros, poderão escolher uma das seguintes opções:
- Opção A - Recebimento de 100% do crédito em 24 parcelas mensais iguais, sendo a primeira devida em até 30 dias contados da publicação do quadro de eleição de opções de pagamento, ajustadas pela Selic.
  - Opção B - Recebimento de 30% do valor do crédito, amortizado em 10 parcelas semestrais iguais, devidas entre o 5º e 10º aniversário da publicação do quadro de eleição de opções de pagamento e ajustadas pela TR (Taxa Referencial).
  - Reorganização societária - A Companhia poderá realizar uma ou mais operações de reorganização societária, desde que observados os termos da Cláusula 5 do Plano, visando a estabelecer estrutura mais eficiente e adequada à implementação do Plano, à continuidade de suas atividades, à implementação de seu plano estratégico de negócios e nos termos do artigo 50 da LFR, conforme aplicável. Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias não há um plano de ação estabelecido pela Companhia para eventual reorganização societária.
- b) Alienação de Bens e Constituição de Unidades Produtivas Isoladas (“UPIs”) - A Companhia está autorizada desde já a alienar, vender, locar, arrendar, dar em pagamento, remover, onerar ou oferecer em garantia, inclusive garantia judicial, bens, ativos e/ou direitos que sejam parte de seu ativo circulante, assim como bens, ativos e/ou direitos que sejam parte do seu ativo não circulante, observados, para todos os casos, os termos, condições e restrições descritos na Cláusula 6 do Plano. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras intermediárias, não foram alienados e não há planos aprovados pela Companhia para alienação de bens em decorrência desta previsibilidade no plano de recuperação judicial.
- c) Captação de Novos Recursos - A Companhia poderá, com o intuito de dar continuidade às suas atividades, aumento do fluxo de caixa e pagamento de suas dívidas, prospectar e captar novos recursos e adotar as medidas previstas na Cláusula 7 do Plano, mediante a contratação de novas linhas de crédito, financiamentos ou outras formas de captação, inclusive com o oferecimento de garantias, a serem aprovados nos termos dos documentos societários e de governança das Recuperandas, conforme aplicáveis (“Novos Recursos”). Ver divulgações sobre captação de empréstimo “DIP” na nota explicativa nº 1.4.a).

Em 8 de julho de 2025, houve a divulgação do edital de convocação para Assembleia Geral de Credores, e pelo presente edital convocou todos os credores para comparecerem para primeira convocação no dia 1º de agosto de 2025, e para segunda convocação no dia 7 de agosto de 2025. A assembleia ora convocada teve como objeto a deliberação pelos credores sobre a seguinte ordem do dia: (a) exposição do Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas de fls. 5371/6343; (b) aprovação, rejeição ou modificação do Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas; (c) decisão pela instalação e eleição dos membros do Comitê de Credores; (d) demais assuntos de interesse dos credores e das Recuperandas.

Em 7 de agosto de 2025, foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial em assembleia geral dos credores, com votos favoráveis de mais de 95% dos credores presentes.

Em 12 de agosto de 2025, foi proferida decisão que prorrogou por 180 dias adicionais o “stay period” — mecanismo de blindagem legal que determina a suspensão de todas as ações e execuções movidas contra a Companhia, bem como a proibição de atos de constrição judicial sobre seus bens, visando preservar a capacidade operacional durante a negociação com credores.

Em 2 de dezembro de 2025, foi publicada no Diário de Justiça a decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e Conflitos de Arbitragem da 1ª RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ do Estado de São Paulo que homologou o Plano de Recuperação Judicial. A homologação judicial ocorreu em 28 de novembro de 2025.

Com a homologação Plano de Recuperação Judicial, a Companhia deu início, no período de 26 de dezembro de 2025 a 26 de janeiro de 2026, ao procedimento de manifestação de escolha pelos credores, conforme previsto no Plano, entre as modalidades aplicáveis aos credores classificados como “colaboradores” e “não colaboradores”. Ver definições abaixo:

**Credores colaboradores** - Considera-se colaboradores aqueles credores que, de forma voluntária, se comprometeram a manter ou restabelecer o fornecimento de bens ou serviços à Companhia em condições comerciais pré-estabelecidas no Plano. Em contrapartida a essa colaboração para a continuidade operacional, estes credores fazem jus a condições de pagamento diferenciadas, que podem incluir menores percentuais de deságio (“haircut”), prazos de carência reduzidos e cronogramas de amortização acelerados em relação aos demais credores.

**Credores não colaboradores** - São aqueles que optaram por não aderir às condições de fornecimento contínuo previstas para a categoria de colaboradores, ou que não manifestaram escolha no prazo regulamentar. Para esta categoria, aplicam-se as condições gerais de pagamento previstas no Plano, caracterizadas, tipicamente, por deságios mais elevados sobre o valor nominal da dívida e prazos de liquidação mais alongados.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) homologado em 2 de dezembro de 2025, a Companhia realizou, no período de 26 de dezembro de 2025 a 26 de janeiro de 2026, o procedimento formal para que os credores manifestassem sua opção entre as modalidades de pagamento disponíveis.

As opções oferecidas aos credores, conforme sua classificação (Colaboradores ou Não Colaboradores), foram estruturadas visando à adequação do endividamento à capacidade de geração de caixa da Companhia.

Em 25 de fevereiro de 2026, foi divulgada pelo Administrador Judicial a relação de opções dos credores. A estimativa dos impactos das opções dos credores foi divulgada na nota explicativa nº 32.1 - Eventos Subsequentes, sendo que os efeitos serão contabilizados no primeiro ITR de 2026. Considerando que esta etapa ocorreu em 26 de fevereiro de 2026, a Companhia não reconheceu em 30 de junho de 2025 qualquer impacto nos passivos financeiros que estão sendo reestruturados pelo Plano.

A Companhia realizou, em março de 2026, o pagamento da primeira parcela direcionada aos credores colaboradores não financeiros e financeiros e aos credores enquadrados na modalidade de parcela única (Opção A). A liquidação ocorreu em cumprimento às diretrizes, prazos e condições estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial, totalizando um desembolso de caixa de R\$73.110 (ver nota explicativa 32.1).

Os documentos exigidos pelas normas da CVM aplicáveis, inclusive a relação de credores da Companhia, o pedido de recuperação judicial, a íntegra da decisão judicial que deferiu o processamento da Recuperação Judicial e o Plano de Recuperação Judicial, estão à disposição dos acionistas e do mercado em geral no website da Companhia (<https://ri.bombril.com.br/>) e no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

### 1.3. Proposta de Transação Tributária com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”)

Em 26 de maio de 2025, a Companhia apresentou a Proposta de Transação Individual junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com fundamento na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, na Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, e na Portaria PGFN nº 2.382, de 26 de fevereiro de 2021.

Em 31 de março de 2026, a Companhia participou de audiência junto ao Núcleo de Negociações da PRFN da 3ª Região (PGFN), na qual deliberou-se pela análise da efetiva capacidade de pagamento da Companhia; o tema permanece sob avaliação da PGFN até a data de emissão deste relatório.

A transação tributária tem como objeto as autuações fiscais que geraram débitos inscritos em dívida ativa da União de mais de R\$2,3 bilhões (ver detalhes na nota explicativa nº 17), referentes às Certidões de Dívida Ativa n.º 80 2 10 030726-10, 80 2 11 000478-46, 80 2 19 025737-44 e 80 2 19 126262-20. A classificação dos passivos e contingências relacionadas ao tema T. Bills se baseou no prognóstico de perda avaliado pela Administração. A administração da Companhia, lastreada em pareceres de assessores externos que não patrocinam os processos, efetuou o reconhecimento contábil dos valores cuja probabilidade de perda foi classificada como provável (R\$1,7 bilhão - ver detalhes na nota explicativa nº 17). Para estes casos, a Companhia mensurou o passivo com base nos valores consolidados constantes nos extratos oficiais emitidos pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A Administração entende que esta representa a melhor estimativa do passivo na data base das demonstrações financeiras, uma vez que utiliza dados oficiais do ente tributante.

Para auxiliar na mensuração do passivo e na avaliação de risco, a Companhia conta com suporte de especialistas externos e assessores jurídicos, que auxiliam na revisão dos cálculos e no acompanhamento dos processos judiciais relacionados.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita. Os passivos contingentes cujas perdas são classificadas como possíveis não são provisionados, sendo apenas objeto de divulgação. Riscos de perda remota não são provisionados nem divulgados.

A negociação deste passivo junto à PGFN não faz parte do escopo do plano de recuperação judicial. Contudo, as projeções econômico-financeiras e de fluxo de caixa utilizadas no PRJ - Plano de Recuperação Judicial, e na avaliação de continuidade operacional da Companhia pela Administração utilizam premissas relevantes sobre as referidas transações tributárias, partindo do pressuposto que a Bombril terá êxito nas negociações de transações tributárias com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, tais como sobre:

- a) Obtenção de descontos substanciais sobre as dívidas tributárias de T.Bills, utilização de prejuízos fiscais para pagamento de parte relevante do saldo do passivo e parcelamento para pagamento no longo prazo da dívida remanescente a ser quitada em caixa.
- b) Alguns valores de multas não provisionadas no montante de R\$427 milhões não serão exigíveis e logo não há expectativa de pagamento. Tal parcela da dívida está sendo considerada pela Bombril como contingência fiscal com probabilidade de perda possível nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2025, conforme divulgado nas notas explicativas nº 17 e nº 21. Em 29 de agosto de 2025 a PGFN indeferiu o PRDI solicitado pela Companhia sobre cancelamento deste valor e, conseqüentemente, ele compõe também o valor da transação tributária que está em andamento com a PGFN.

A Companhia monitora o recente entendimento fixado pelo Tribunal de Contas da União (“TCU”) no acórdão nº 2.670/2025, que estabelece restrições ao uso de créditos de prejuízo fiscal e base negativo de CSLL em transações tributárias. Uma vez que a proposta de transação da Companhia junto à PGFN prevê a utilização de tais créditos para a liquidação de parte do passivo tributário em negociação, a aplicação desse entendimento restritivo poderá impactar as condições finais da transação. Não obstante, a Administração avalia que tal entendimento será revisto pela TCU e pela PGFN, uma vez que, de acordo com o nosso entendimento, o uso desses créditos não constitui benefício fiscal, mas sim modalidade de pagamento expressamente prevista em lei.

Desta forma, ainda que as referidas transações tributárias sejam concluídas com a PGFN, não é possível assegurar que os termos das negociações finais com a PGFN serão consistentes com as premissas utilizadas nas projeções econômico-financeiras e de fluxo de caixa que suportam as nossas análises para fins de continuidade operacional e para fins de PRJ.

Para a descrição dos eventos subsequentes ocorridos entre 30 de junho de 2025 e a data de emissão destas demonstrações financeiras intermediárias, vide a nota explicativa nº 32.2.

#### 1.4. Estratégia de Liquidez, Novação de Passivos e Captação de Recursos

A Companhia, de acordo com o Plano de Recuperação Judicial homologado, estabelece uma reestruturação profunda de suas obrigações financeiras e operacionais:

- a) Captação DIP (“Debtor-in-possession”) e Novação de Passivos - Em 18 de fevereiro de 2026, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Privada de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com garantias fiduciárias e fidejussórias.

As principais características da emissão são as seguintes:

- **Montante Total e Séries:** A emissão perfaz o valor total de até R\$500.000 (quinhentos milhões de reais), dividida em três séries. A subscrição inicial, referente à Primeira Série, totalizou R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais). Já houve o recebimento em caixa de R\$150.000, sendo R\$75.000 em 20 de fevereiro de 2026 e R\$75.000 em 20 de março de 2026.
  - **Destinação dos Recursos:** Os recursos da Primeira Série destinam-se ao cumprimento das obrigações de pagamento previstas no PRJ, incluindo os compromissos perante os Credores Colaboradores.
  - **Prazos:** As debêntures possuem um prazo de vencimento de 72 (setenta e dois) meses contados a partir da Data de Integralização. A amortização da dívida ocorrerá em parcelas mensais, havendo um período de carência de 24 (vinte e quatro) meses contados da referida data de integralização.
  - **Remuneração:** As debêntures serão remuneradas a uma taxa de juros fixa de 1,7% ao mês, com capitalização mensal.
  - **Garantias:** A emissão conta com garantias fiduciárias sobre as ações da Bril Cosméticos S.A. e sobre marcas de propriedade da Companhia, bem como com garantias fidejussórias (fiança) prestadas solidariamente pelas subsidiárias Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. e Bril Cosméticos S.A.
- b) Restabelecimento de Linhas de Crédito - Como parte das condições pactuadas no Plano, os bancos colaboradores deverão restabelecer os limites de crédito em patamares equivalentes ao período anterior ao pedido de Recuperação Judicial. O objetivo é garantir que a Companhia possua linhas de crédito disponíveis para utilização imediata, caso surjam necessidades eventuais de caixa ou oportunidades de mercado. Com a publicação do quadro final de eleição dos credores pelo Administrador Judicial a Companhia iniciou o processo de renegociação com os bancos que optaram em ser colaboradores, com o objetivo de reestabelecer suas linhas de crédito e condições contratuais.
- c) Gestão do Fluxo de Caixa Operacional - A Administração ressalta que a avaliação sobre a efetiva necessidade de utilização dessas linhas de crédito ou de novas captações é realizada de forma dinâmica, baseada em projeções financeiras de fluxos de caixas operacionais. O foco prioritário é a autossustentabilidade da operação, utilizando o crédito bancários apenas como suporte estratégico para gestão de capital de giro.

A Administração ressalta que não foram estabelecidos limites fixos, mínimos ou máximos, para o montante total da novação de passivos ou para a captação de novos recursos. O dimensionamento dessas operações será determinado de forma discricionária pela Administração, fundamentando-se estritamente na necessidade de liquidez projetada e nas oscilações dos fluxos de caixa operacionais da Companhia. Dessa forma, o volume de captação será ajustado para assegurar o equilíbrio entre o custo do capital e a necessidade de manutenção da normalidade operacional.

1.5. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 17 de abril de 2026.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais de 30 de junho de 2025 foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e da norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais - ITR, e que estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Desta forma, estas Informações Trimestrais consideram o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 003 de 28 de abril de 2011, o qual permite que as entidades apresentem notas explicativas selecionadas, nos casos de redundância de informações já divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais. As informações trimestrais de 30 de junho de 2025, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2024, preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards"), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("International Accounting Standards Board - IASB"), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Portanto, nestas informações trimestrais, algumas notas explicativas não são apresentadas ou não estão no mesmo grau de detalhamento das notas integrantes das demonstrações financeiras anuais.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, são consistentes com aquelas aplicadas e divulgadas na nota explicativa nº 2.5 das demonstrações financeiras auditadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitidas em 26 de novembro de 2025, exceto as normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, as quais não produziram efeitos significativos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidada da Companhia.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.4 das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2024.

2.2. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota explicativa nº 10.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluem as seguintes controladas abaixo, sendo 100% a participação direta e indireta da Companhia:

Controladas	Sede	Participação (%)				Atividade
		30/06/2025		31/12/2024		
		Direta	Indireta	Direta	Indireta	
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. Em Recuperação Judicial	Brasil	100%	-	100%	-	Compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios.
Bril Cosméticos S.A. (a) - Em Recuperação Judicial	Brasil	-	100,00%	-	100,00%	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal.
Bril Store Comércio Digital Ltda.	Brasil	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%	Comércio de produtos nos segmentos de higiene e limpeza.
BB Logística Ltda.	Brasil	-	100%	-	100%	Fornecimento de serviço de transporte rodoviário de cargas.

A Bril Cosméticos S.A. - Em Recuperação Judicial não possui operações comerciais ativas.

### 2.3. Novos requisitos de divulgação e alterações de normas que ainda não estão em vigor

Não houve, no período, adoção inicial de normas, interpretações ou alterações às normas contábeis emitidas que tenham causado efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

### 2.4. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

As normas contábeis internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) não requerem a apresentação dessa demonstração. Conseqüentemente, sob as IFRS, essa demonstração é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

## 2.5. Reapresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Companhia procedeu à reapresentação da DVA referente ao período findo em 30 de junho de 2024, saldos comparativos, com o objetivo de corrigir a classificação dos “Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços”. De acordo com o CPC 09, os valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia etc. consumidos, devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), recuperáveis ou não. Entretanto, nas demonstrações financeiras originalmente apresentadas de 30 de junho de 2024 estes valores estavam sendo considerados na DVA líquidos dos impostos creditados. Após a correção e reapresentação, os valores dos custos estão sendo considerados com os tributos incluídos no momento das compras.

Essa reapresentação visa preservar a integridade e a consistência da comparabilidade entre os períodos, não gerando impactos nos saldos de ativos, passivos, patrimônio líquido ou no lucro do período.

As informações relativas à DVA do período findo em 30 de junho de 2024, ora reapresentadas, foram preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia. A DVA é apresentada como informação suplementar às normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”). Em conformidade com o CT 03/2013 do Ibracon, informamos que as referidas informações comparativas reapresentadas não foram objeto de revisão pelos auditores atuais, nem pelos antecessores.

Os efeitos da reapresentação na DVA são demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Ajustes/ Reclassificações	30/06/2024 (Reapresentado)	Divulgado	Ajustes/ Reclassificações	30/06/2024 (Reapresentado)
Receita de mercadorias, produtos e serviços	1.061.523	-	1.061.523	1.061.671	-	1.061.671
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.774)	-	(1.774)	(1.774)	-	(1.774)
Outras receitas operacionais	906	-	906	909	-	909
	<u>1.060.655</u>	<u>-</u>	<u>1.060.655</u>	<u>1.060.806</u>	<u>-</u>	<u>1.060.806</u>
Insumos adquiridos de terceiros						
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(348.196)	(184.056)	(532.252)	(345.510)	(182.581)	(529.566)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(171.598)	-	(171.598)	(172.417)	-	(172.417)
Perda e recuperação de valores ativos	(10)	-	(10)	(11)	-	(11)
	<u>(519.804)</u>	<u>(184.056)</u>	<u>(703.860)</u>	<u>(517.938)</u>	<u>(182.581)</u>	<u>(701.994)</u>
Valor adicionado bruto	<u>540.851</u>	<u>(184.056)</u>	<u>356.795</u>	<u>542.868</u>	<u>(182.581)</u>	<u>358.812</u>
Depreciação e amortização	(12.407)	-	(12.407)	(13.508)	-	(13.508)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>528.444</u>	<u>(184.056)</u>	<u>344.388</u>	<u>529.360</u>	<u>(182.581)</u>	<u>345.304</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(34)	-	(34)	(1)	-	(1)
Receitas financeiras	3.725	-	3.725	3.819	-	3.819
	<u>3.691</u>	<u>-</u>	<u>3.691</u>	<u>3.818</u>	<u>-</u>	<u>3.818</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>532.135</u>	<u>(184.056)</u>	<u>348.079</u>	<u>533.178</u>	<u>(182.581)</u>	<u>349.122</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>						
<b>Pessoal e encargos:</b>						
Remuneração direta	72.056	-	72.056	72.530	-	72.530
Benefícios	29.405	-	29.405	29.595	-	29.595
FGTS	6.112	-	6.112	6.151	-	6.151
	<u>107.573</u>	<u>-</u>	<u>107.573</u>	<u>108.276</u>	<u>-</u>	<u>108.276</u>

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Ajustes/ Reclassificações	30/06/2024 (Reapresentado)	Divulgado	Ajustes/ Reclassificações	30/06/2024 (Reapresentado)
Impostos, taxas e contribuições:						
Federais	157.204	(94.518)	62.686	157.149	(97.433)	62.631
Estaduais	159.856	(89.537)	70.319	159.819	(85.147)	70.282
Municipais	1.570	-	1.570	1.519	-	1.598
	<u>318.630</u>	<u>(184.056)</u>	<u>134.575</u>	<u>318.566</u>	<u>(182.581)</u>	<u>134.511</u>
Remuneração de capital de terceiros:						
Juros	58.641	-	58.641	58.650	-	58.650
Aluguéis	8.879	-	8.879	9.244	-	9.244
Outras	3.570	-	3.569	3.600	-	3.599
	<u>71.090</u>	<u>-</u>	<u>71.089</u>	<u>71.494</u>	<u>-</u>	<u>71.493</u>
Remuneração de capital próprio:						
Lucro líquido do período	34.842	-	34.482	34.842	-	34.842
	<u>532.135</u>	<u>(184.056)</u>	<u>348.079</u>	<u>533.178</u>	<u>(182.581)</u>	<u>349.122</u>

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	25.868	21.320	25.846	24.237
Aplicações financeiras (a)	1.498	12.000	1.498	12.159
Total	<u>27.366</u>	<u>33.320</u>	<u>27.344</u>	<u>36.396</u>

- (a) As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por aplicações de renda fixa e títulos privados, com rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI"), sendo remuneradas de 98 a 100% (98% a 100% em 31 de dezembro de 2024) com o objetivo de utilização nas operações de curto prazo. Além disso, inexistem multas ou quaisquer outras restrições para o resgate imediato, que pode ser efetuado com baixo risco de mudança de seu valor de mercado.

## 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora e consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024
Operações compromissadas	4.810	30.622
Total	<u>4.810</u>	<u>30.622</u>
Circulante	1.315	13.894
Não circulante	3.495	16.727

As operações compromissadas estão vinculadas a operações passivas da Companhia relativas à compra de energia elétrica e garantia de capital de giro. Essas aplicações financeiras são remuneradas substancialmente à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI") em média 100% (100% em 31 de dezembro de 2024).

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora e consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes (a)	231.063	206.619
(-) Ajuste a valor presente	(1.730)	(1.184)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas (b)	(10.190)	(8.726)
Total	<u>219.143</u>	<u>196.709</u>

- (a) Em 30 de junho de 2025, o saldo de duplicatas dado como garantia de operações de crédito é de R\$33.941, sendo estas não relacionadas as dívidas concursais (R\$99.780 em dezembro de 2024).
- (b) A provisão para perdas de crédito é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas.

A composição das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

Período	Controladora e consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024
A vencer	190.849	192.147
Vencidos		
De 1 a 30 dias	4.678	4.279
De 31 a 60 dias	7.608	1.225
De 61 a 90 dias	7.973	73
De 91 a 180 dias	9.781	668
Acima de 181 dias	10.174	8.227
Total vencidos	40.214	14.472
Total	231.063	206.619

A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(8.726)
Adições	(1.631)
Reversões/(Recuperações)	167
Saldo em 30 de junho de 2025	(10.190)

## 6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Produtos acabados	66.976	50.066	67.091	50.066
Matérias-primas	42.101	40.107	42.101	40.107
Materiais de embalagem	30.161	24.625	30.161	24.625
Adiantamento a fornecedores de estoques	13.834	1.183	13.838	1.183
Restituição de devolução de clientes	1.443	692	1.443	756
Produtos em elaboração	1.012	874	1.012	874
Outros	3.431	3.264	3.316	3.264
(-) Provisão para perda de estoque	(3.220)	(1.310)	(3.220)	(1.310)
Total	155.738	119.501	155.742	119.565

A movimentação da provisão para perda de estoque é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.310)
Adição de provisão	(1.910)
Saldo em 30 de junho de 2025	(3.220)

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
IRPJ a recuperar	2.690	2.095	4.004	3.409
CSLL a recuperar	276	-	720	444
ICMS a recuperar	2.916	2.485	3.500	2.682
PIS e COFINS a recuperar	4.480	-	5.313	-
Outros Impostos a recuperar	3.490	2.570	3.980	3.069
<b>Total</b>	<b>13.852</b>	<b>7.150</b>	<b>17.517</b>	<b>9.604</b>
Circulante	12.189	4.735	15.415	6.741
Não circulante	1.663	2.415	2.102	2.863

## 8. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Adiantamento para empregados e fornecedores	1.730	6.732	2.024	1.490
Precatórios	1.338	971	1.432	1.064
Outros	789	250	792	251
<b>Total</b>	<b>3.857</b>	<b>7.953</b>	<b>4.248</b>	<b>2.805</b>
Circulante	2.519	6.982	2.813	1.740
Não circulante	1.338	971	1.435	1.065

## 9. PARTES RELACIONADAS

A Controladora, suas controladas e empresas ligadas realizam transações entre si, sobre temas operacionais, comerciais e financeiros.

## 9.1. Ativos e passivos

	Controladora			
	30/06/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Bril Cosméticos S.A. (a)	-	31.376	-	31.174
BB Logística Ltda. (a)	6.559	-	5.512	17.466
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. (a)	2.247	-	2.247	-
<b>Total</b>	<b>8.806</b>	<b>31.376</b>	<b>7.759</b>	<b>48.640</b>
Circulante	-	-	5.512	17.466
Não circulante	8.806	31.376	2.247	31.174

(a) Refere-se a saldo de conta corrente com a subsidiária. Os valores não incluem atualização monetária e não possuem prazo definido para pagamento.

9.2. Receitas e despesas em operações comerciais, administrativas e financeiras com partes relacionadas

	Controladora	
	30/06/2025	30/06/2024
Bril Cosméticos S.A. (a)	573	631
BB Logística Ltda. (b)	2.714	2.518
Bril Store Comércio Digital Ltda. (c)	-	(215)
Total	<u>3.287</u>	<u>2.934</u>

(a) Despesa operacional com contrato de aluguel.

(b) Os valores apresentados referem-se a receita líquida da operação.

(c) Despesas operacional e rateio de custos.

9.3. Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (pessoal chave da Administração)

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. O valor global e anual da remuneração dos administradores e dos Conselhos de Administração e Fiscal está fixado até o limite de R\$15.359 para o exercício de 2025 (R\$17.666 para 2024).

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Conselho de Administração e Fiscal	3.034	2.972	3.034	2.972
Diretoria	2.189	8.044	2.189	8.044
Total	<u>5.223</u>	<u>11.016</u>	<u>5.223</u>	<u>11.016</u>

O montante pago corresponde à salários e pró-labore. A Companhia não remunera seus administradores com planos baseados em ações, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

## 10. INVESTIMENTOS

Os investimentos são registrados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais da Controladora.

## 10.1. Composição

	Controladora	
	30/06/2025	31/12/2024
<u>Ativo</u>		
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	151.756	151.507
Bril Store Comércio Digital Ltda.	(335)	62
Total	<u>151.421</u>	<u>151.569</u>

## 10.2. Movimentação

	Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	Bril Store Comércio Digital Ltda.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	151.613	125	151.738
Equivalência patrimonial	(106)	(63)	(169)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>151.507</u>	<u>62</u>	<u>151.569</u>
Equivalência patrimonial	249	(397)	(148)
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>151.756</u>	<u>(335)</u>	<u>151.421</u>

## 10.3. Principais Informações contábeis de suas controladas diretas e indiretas

Controladas diretas:

	30/06/2025						
	Ativo	Passivo	Capital Social	Receita Líquida	Participação no capital social	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	154.153	2.397	30.406	-	100,00%	151.756	249

	30/06/2025						
	Ativo	Passivo	Capital Social	Receita Líquida	Participação no capital social	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Bril Store Comércio Digital Ltda.	1.050	1.390	-	1.719	100,00%	340	99

Controladas indiretas:

	30/06/2025						
	Ativo	Passivo	Capital Social	Receita Líquida	Participação no capital social	Patrimônio Líquido	Resultado do período
Bril Cosméticos S.A.	183.781	37.338	74.639	520	100,00%	146.443	(329)

	30/06/2025						
	Ativo	Passivo	Capital Social	Receita Líquida	Participação no capital social	Patrimônio Líquido	Resultado do período
BB Logística Ltda.	17.233	10.260	-	66.450	100,00%	6.973	79

## 11. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os empréstimos da Companhia e os ativos de direito de uso são mensurados pelo valor igual aos passivos de arrendamento a valor presente.

## 11.1. Composição e movimentação dos ativos de direitos de uso

Movimentação Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.668	8.815	1.313	11.796
Adições	-	6.806	1.867	8.673
Depreciação	(82)	(5.324)	(1.960)	(7.366)
Baixas	-	(3)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.586	10.294	1.220	13.100
Adições	-	250	-	250
Depreciação	(36)	(2.375)	(311)	(2.722)
Saldo em 30 de junho de 2025	1.550	8.169	908	10.627

Movimentação Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11	5.841	1.313	7.165
Adições	-	6.806	1.867	8.673
Depreciação	(82)	(5.190)	(1.889)	(7.161)
Baixas	(12)	(6)	15	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(83)	7.451	1.306	8.674
Adições	-	250	-	250
Depreciação	(36)	(2.272)	(311)	(2.619)
Saldo em 30 de junho de 2025	(118)	5.429	995	6.304

## 11.2. Composição e movimentação dos passivos de arrendamentos

	Controladora		Consolidado	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.973	6.672	5.709	2.334
Juros	3.425	-	3.118	-
Adições	8.800	-	8.325	-
Pagamentos	(10.916)	-	(10.288)	-
Baixas	(35)	(249)	(35)	-
Transferências	(1.923)	1.923	(1.803)	1.885
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.324	8.346	5.026	4.219
Juros	993	-	993	-
Adições	250	-	250	-
Pagamentos	(3.956)	-	(3.848)	-
Transferências	(1.867)	1.867	(1.705)	1.705
Saldo em 30 de junho de 2025	744	10.213	716	5.924

## 11.3. Saldos reconhecidos na demonstração de resultado

Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas)	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Edificações	(36)	(44)	(36)	(26)
Equipamentos	(2.375)	(2.558)	(2.272)	(3.953)
Veículos	(311)	(1.053)	(311)	(1.573)
Total	<u>(2.722)</u>	<u>(3.655)</u>	<u>(2.619)</u>	<u>(5.540)</u>

## 12. IMOBILIZADO

A Companhia possui determinados itens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais, os quais permanecem registrados no ativo imobilizado e continuam sendo utilizados em suas operações, não havendo transferência de controle ou de propriedade.

## 12.1. Composição do imobilizado

	Vida útil (anos)	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Terrenos	-	-	-	94.192	94.192
Edifícios	60	203	205	51.934	52.529
Instalações	10 a 25	23.293	25.234	23.448	25.402
Máquinas e equipamentos	5 a 40	50.329	52.590	56.370	59.325
Móveis e utensílios	5 a 25	1.248	1.308	1.266	1.515
Equipamento processamento de dados	3 a 20	233	249	233	249
Imobilizações em andamento (a)	-	38.014	29.855	38.014	29.854
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12 a 25	25.370	26.481	25.370	26.481
Outros bens	3 a 5	174	175	174	177
(-) Perda ao Valor Recuperável (b)	-	<u>(9.631)</u>	<u>(9.630)</u>	<u>(10.722)</u>	<u>(10.724)</u>
Total (c)		<u>129.233</u>	<u>126.467</u>	<u>280.277</u>	<u>278.999</u>

- (a) O saldo registrado refere-se a investimentos em máquinas, equipamentos, sistemas e atendimento de normas regulatórias da operação da Companhia, que devem ser concluídos em um período de 12 meses em média.
- (b) A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos, que se constituem principalmente de edificações, máquinas e equipamentos. Estes itens são revisados sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado, conforme indicação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Companhia utiliza para determinação do valor recuperável, o valor justo do parque fabril ou negócio. Em 30 de junho de 2025, a Companhia não identificou indicadores de "impairment" e entende que a provisão para perda ao valor recuperável de R\$9.631 na Controladora e R\$10.722 no consolidado, continuam sendo a melhor estimativa para que os ativos da Companhia reflitam o seu valor realizável.

A Companhia possui itens de seu ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais relativos aos títulos da dívida tributária (T-Bills). Informações sobre estes processos estão descritas na nota explicativa nº 17.

## 12.2. Movimentação da controladora

<u>Custo</u>	<u>Edifícios</u>	<u>Instalações</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Imobilizado em andamento</u>	<u>Benfeitorias em imóveis de terceiros</u>	<u>Outros bens</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	344	58.103	199.384	5.071	596	7.518	4.459	55.520	1.106	332.101
Adições	-	589	831	6	-	12	9.596	331	-	11.365
Baixas	-	-	(3)	(54)	-	-	(347)	-	-	(404)
Transferências	-	386	419	10	-	16	(1.178)	347	-	-
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>344</u>	<u>59.077</u>	<u>200.633</u>	<u>5.033</u>	<u>596</u>	<u>7.546</u>	<u>12.530</u>	<u>55.520</u>	<u>1.106</u>	<u>343.063</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	344	59.078	205.803	5.035	596	7.546	29.856	56.198	1.106	365.562
Adições	-	-	1.789	-	-	-	8.294	-	-	10.083
Transferências	-	-	139	-	-	-	(139)	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>344</u>	<u>59.398</u>	<u>207.731</u>	<u>5.035</u>	<u>596</u>	<u>7.546</u>	<u>38.014</u>	<u>56.198</u>	<u>1.106</u>	<u>375.645</u>
<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Edifícios</u>	<u>Instalações</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Imobilizado em andamento</u>	<u>Benfeitorias em imóveis de terceiros</u>	<u>Outros bens</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(134)	(29.815)	(153.993)	(3.632)	(596)	(7.247)	-	(27.366)	(911)	(223.694)
Adições	(3)	(3.051)	(6.658)	(104)	-	(41)	-	(1.758)	(16)	(11.631)
Baixas	-	-	3	44	-	-	-	-	-	47
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>(137)</u>	<u>(32.866)</u>	<u>(160.648)</u>	<u>(3.692)</u>	<u>(596)</u>	<u>(7.288)</u>	<u>-</u>	<u>(29.124)</u>	<u>(927)</u>	<u>(235.278)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(139)	(33.844)	(162.844)	(3.727)	(596)	(7.297)	-	(29.717)	(929)	(239.093)
Adições	(3)	(1.941)	(4.186)	(60)	-	(16)	-	(1.111)	(3)	(7.320)
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>(141)</u>	<u>(35.785)</u>	<u>(167.030)</u>	<u>(3.787)</u>	<u>(596)</u>	<u>(7.313)</u>	<u>-</u>	<u>(30.828)</u>	<u>(932)</u>	<u>(246.412)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	205	25.234	42.959	1.308	-	249	29.856	26.481	175	126.467
Saldo em 30 de junho de 2025	203	23.293	40.698	1.278	-	233	38.014	25.370	174	129.233

## 12.3. Movimentação do consolidado

Custo	Terreno	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos	Imobilizado em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	94.192	87.655	64.683	312.732	9.411	584	10.236	4.459	55.520	1.106	640.578
Adições	-	-	589	830	6	-	12	9.596	331	-	4.370
Baixas	-	-	-	(15)	(54)	-	-	(347)	-	-	(109)
Transferências	-	-	386	419	10	-	16	(1.178)	347	-	-
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>94.192</u>	<u>87.655</u>	<u>65.658</u>	<u>313.966</u>	<u>9.373</u>	<u>584</u>	<u>10.264</u>	<u>12.530</u>	<u>56.198</u>	<u>1.106</u>	<u>644.840</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	94.192	87.655	65.658	319.142	9.561	584	10.264	29.854	56.198	1.108	674.216
Adições	-	-	-	1.786	-	-	-	8.297	-	-	10.083
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Transferências	-	-	-	140	-	-	-	(140)	-	-	-
Provisão para perda valor recuperável	-	-	-	-	(188)	-	-	-	-	-	(188)
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>94.192</u>	<u>87.655</u>	<u>65.658</u>	<u>321.068</u>	<u>9.373</u>	<u>584</u>	<u>10.264</u>	<u>38.012</u>	<u>56.198</u>	<u>1.106</u>	<u>684.109</u>
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Terreno</b>	<b>Edifícios</b>	<b>Instalações</b>	<b>Máquinas e Equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Veículos</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Imobilizado em andamento</b>	<b>Benfeitorias em imóveis</b>	<b>Outros bens</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(33.935)	(36.199)	(259.983)	(7.951)	(584)	(9.965)	-	(23.367)	(911)	(376.895)
Adições	-	(893)	(3.072)	(7.957)	(111)	-	(42)	-	(1.757)	(16)	(13.848)
Baixas	-	-	-	14	44	-	-	-	-	-	58
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>-</u>	<u>(34.828)</u>	<u>(39.271)</u>	<u>(167.926)</u>	<u>(8.018)</u>	<u>(584)</u>	<u>(10.007)</u>	<u>-</u>	<u>(29.124)</u>	<u>(927)</u>	<u>(390.685)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(35.126)	(40.256)	(270.541)	(8.046)	(584)	(10.015)	-	(29.717)	(931)	(395.216)
Adições	-	(595)	(1.954)	(4.878)	(61)	-	(16)	-	(1.111)	(1)	(8.616)
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>-</u>	<u>(35.721)</u>	<u>(42.210)</u>	<u>(275.419)</u>	<u>(8.107)</u>	<u>(584)</u>	<u>(10.031)</u>	<u>-</u>	<u>(30.828)</u>	<u>(932)</u>	<u>(403.832)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	94.192	52.529	25.402	48.600	1.515	-	249	29.854	26.481	177	278.999
Saldo em 30 de junho de 2025	94.192	51.934	23.934	45.648	1.266	-	233	38.012	25.370	174	280.277

## 13. INTANGÍVEL

## 13.1. Composição

	Vida útil (anos)	Controladora		Consolidado	
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Software	1 a 5	2.110	3.041	2.166	3.097
Total		2.110	3.041	2.166	3.097

## 13.2. Movimentação

Custo	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	40.309	54.066
Saldo em 30 de junho de 2025	40.309	54.066
Amortização	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(35.337)	(49.038)
Adições	(979)	(979)
Saldo em 30 de junho de 2024	(36.316)	(50.017)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(37.268)	(50.969)
Adições	(931)	(931)
Saldo em 30 de junho de 2025	(38.200)	(51.901)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	3.041	3.097
Saldo líquido em 30 de junho de 2025	2.110	2.166

## 14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Matéria-prima	213.987	139.687	213.987	140.872
Frete	8.260	6.933	4.421	4.852
Acordos comerciais	9.863	9.083	9.863	9.083
Prestadores de serviços	12.614	8.235	12.614	8.235
Manutenção	23.033	16.019	23.033	16.019
Outros	16.973	11.804	16.973	11.804
(-) Ajuste a valor presente	(1.219)	(1.644)	(1.219)	(1.644)
Total	283.511	190.116	279.672	189.220
Circulante	283.511	190.116	279.672	189.220

Em decorrência do processo de Recuperação Judicial mencionado na nota explicativa 1.2, o saldo consolidado de fornecedores encontra-se segregado conforme a natureza do crédito, sendo que em 30 de junho de 2025, a composição do saldo é a seguinte:

- (i) Créditos concursais: Montante de R\$ 218.635 no Consolidado. Estes valores referem-se a obrigações constituídas até a data do pedido de recuperação judicial, estando com sua exigibilidade suspensa e sujeitos às condições de pagamento estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

- (ii) Créditos extraconcursais: Montante de R\$ 61.037 no Consolidado. Referem-se a obrigações contraídas após a data do pedido de RJ, relativas à continuidade das operações da Companhia, cujos pagamentos seguem os fluxos de vencimentos originais contratados.

Risco sacado: A Companhia, autoriza operações que consistem na antecipação do recebimento de títulos de fornecedor, nos quais as Instituições Financeiras antecipam o montante diretamente com o fornecedor. Os contratos de risco sacado são realizados diretamente pelo fornecedor com a instituição financeira; a Bombril não possui contratos convênio de risco sacado com as instituições financeiras.

Nesta operação não há alteração no prazo usual de vencimento, que se manteve em aproximadamente 60 dias conforme negociações comerciais com o fornecedor. A Companhia não é responsável pelo pagamento de juros sobre a antecipação do recebível; os juros são pagos pelo fornecedor. Desta forma, considerando-se a essência econômica da transação e o fato de não ter modificação substancial do passivo, as transações são classificadas como passivo operacional na rubrica de fornecedores. Em 30 de junho de 2025 o montante total da operação é de R\$28.631.

A composição do saldo de fornecedores por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
A vencer	60.289	184.815	61.037	183.919
Vencidos (a):				
De 1 a 30 dias	3.748	2.512	3.748	2.512
De 31 a 60 dias	9.393	1.169	9.393	1.169
De 61 a 90 dias	39.186	484	39.186	484
De 91 a 180 dias	166.125	427	166.125	427
Acima de 180 dias	4.771	709	2.817	709
Total	<u>283.511</u>	<u>190.116</u>	<u>279.672</u>	<u>189.220</u>

- (a) Os saldos registrados correspondem principalmente a bloqueios dos efetivos pagamentos em decorrência do processo de Recuperação Judicial.

## 15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Provisão de férias e encargos	21.583	16.243	21.766	16.439
Encargos sociais a pagar	4.311	4.462	5.363	4.985
Participação nos lucros e resultados (a)	11.360	6.274	11.360	6.274
Outras provisões	1.692	972	1.690	971
Total	<u>38.946</u>	<u>27.951</u>	<u>40.179</u>	<u>28.669</u>

- (a) As premissas para participação nos lucros e resultados da Companhia são suportadas por crescimento dos negócios e desempenho individual dos funcionários, com estabelecimento de metas quantitativas e qualitativas.

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

## 16.1. Composição dos empréstimos e financiamentos

	Encargos % (a.m.)	Vencimento	Controladora e Consolidado	
			30/06/2025	31/12/2024
<u>Em moeda local</u>				
Capital de giro	1,55%	Out/2028	143.077	232.039
Debêntures não conversíveis	1,80%	Out/2027	26.655	33.940
Cessão de recebíveis (i)	1,81%	-	25.659	25.910
Total			<u>195.391</u>	<u>291.890</u>
Circulante			195.391	124.483
Não circulante			-	167.407

- (i) A Companhia realiza antecipação de seus recebíveis por meio de cessão de duplicatas junto às instituições financeiras como ferramenta de capital de giro.

Em decorrência do processo de Recuperação Judicial mencionado na nota explicativa 1.2, o saldo de empréstimos e financiamentos encontra-se segregado conforme a natureza do crédito, sendo que em 30 de junho de 2025, a composição do saldo é a seguinte:

- (a) Créditos concursais: Montante de R\$89.279 no Consolidado. Estes valores referem-se a obrigações constituídas até a data do pedido de recuperação judicial, estando com sua exigibilidade suspensa e sujeitos às condições de pagamento estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.
- (b) Créditos extraconcursais: Montante de R\$106.112 no Consolidado. Referem-se a obrigações contraídas após a data do pedido de RJ, relativas à continuidade das operações da Companhia, cujos pagamentos seguem os fluxos de vencimentos originais contratados.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia, não possuem cláusulas de “covenants” de desempenho financeiro ou econômico.

Os empréstimos em moeda local estão garantidos por recebíveis, máquinas e equipamentos da linha de produção e avais da Companhia. As debêntures não conversíveis estão garantidas pela marca Limpol.

## 16.2. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	360.804
Captações	111.100
Pagamentos	(182.598)
Juros provisionados	54.424
Juros pagos	(28.970)
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>314.760</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	291.890
Captações	88.699
Pagamentos - extraconcursal	(91.442)
Pagamentos - concursal (a)	(92.286)
Juros provisionados	22.327
Juros pagos - extraconcursal	(12.106)
Juros pagos - concursal (a)	(11.691)
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>195.391</u>

- (a) Em razão do processo de Recuperação Judicial, determinados empréstimos passaram a ser liquidados por meio da execução de garantias vinculadas aos respectivos contratos.

A parcela não circulante em 31 de dezembro de 2024 tinha a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Vencimento</u>	<u>Controladora e Consolidado</u> <u>31/12/2024</u>
2026	120.024
2027	41.468
2028	5.915
Total	<u>167.407</u>

Em decorrência do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, determinadas obrigações financeiras da Companhia tiveram seus vencimentos antecipados, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais. Tais saldos foram reclassificados para o passivo circulante.

Os cronogramas de vencimento originalmente previstos deixaram de ser aplicáveis, uma vez que tais obrigações passaram a estar sujeitas aos efeitos da Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Em período subsequente à data-base destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, o plano de recuperação judicial da Companhia foi aprovado e homologado, passando a estabelecer novas condições de pagamento para as obrigações sujeitas à Recuperação Judicial, cujos efeitos serão refletidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos períodos subsequentes (ver nota explicativa nº 32).

As principais características das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária são:

<u>Emissora</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Taxa de juros</u>
Fundo Labrador	7	31/10/2024	31/10/2027	30.000	1,8% a.m.

## 17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A RECOLHER

	<u>Controladora</u>			
	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Parcelamentos				
Parcelamento - Refis IV	21.136	19.941	49.726	59.213
Parcelamento ICMS	5.858	6.704	4.160	6.435
Parcelamento Pis/Cofins	3.010	5.284	-	-
PERT - Programa Especial de Regularização Tributária	855	819	1.073	1.532
Total parcelamentos	<u>30.867</u>	<u>32.749</u>	<u>54.959</u>	<u>67.180</u>

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Tributos a recolher:				
ICMS a recolher	5.858	8.491	-	-
IPI a recolher	2.354	3.378	-	-
ISS a recolher	5.133	30	-	-
PIS/COFINS a recolher	5.460	1.068	-	-
INSS e IRRF a recolher	496	1.970	-	-
IRRF a recolher - T Bills (a)	-	-	1.730.537	1.699.077
Total tributos a recolher	19.300	14.937	1.730.537	1.699.077
<b>Total</b>	<b>50.166</b>	<b>47.685</b>	<b>1.785.496</b>	<b>1.766.257</b>
	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Parcelamentos				
Parcelamento - Refis IV	21.136	19.941	49.726	59.213
Parcelamento ICMS	5.858	6.704	4.160	6.435
Parcelamento Pis/Cofins	3.018	5.284	-	-
PERT - Programa Especial de Regularização Tributária	855	819	1.073	1.532
Total parcelamentos	30.867	32.748	54.959	67.180
Tributos a recolher:				
ICMS a recolher	9.215	11.810	-	-
IPI a recolher	2.354	3.378	-	-
ISS a recolher	3.913	1.652	-	-
PIS/COFINS a recolher	7.866	1.652	-	-
INSS, IRRF a recolher	496	681	-	-
IRRF a recolher - T Bills (a)	-	-	1.730.537	1.699.077
Total tributos a recolher	23.845	17.521	1.730.537	1.699.077
<b>Total</b>	<b>54.711</b>	<b>50.270</b>	<b>1.785.496</b>	<b>1.766.257</b>

- (a) IRRF - T-Bills 1998, 1999 e 2001 - Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia decidiu pelo reconhecimento das dívidas decorrentes de três autuações fiscais lavradas pela Receita Federal e os quais perdem a sua litigiosidade na esfera administrativa e continuam em discussão na esfera judicial. Tais processos judiciais discutem crédito fiscal sobre imposto de renda retido na fonte referentes aos anos calendários de 1998, 1999 e 2001, sob a alegação de pagamentos para pessoas jurídicas e físicas residentes no Brasil e exterior, com fundamento no artigo 61, § 1º da Lei nº 8.981/1995. Os pagamentos que deram origem aos créditos tributários decorreram de remessas para o exterior em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior, (T-BILLS, T-Bonds, Argentine Global Bonds).

Apesar da manutenção da discussão dos processos judiciais continuarem na esfera judicial, a administração, lastreada em pareceres de assessores externos que não patrocinam os processos, entendeu por bem em proceder o reconhecimento contábil dos três autos de infração pelo risco provável de desembolso referentes à imposto de renda retido na fonte sobre remessas para o exterior em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior. Sendo o primeiro (1998) e 6% (seis por cento) do terceiro (2001) auto de infração acordados com a PGFN uma penhora mensal (NJP), mediante depósito judicial, sobre a receita operacional líquida e apresentação de bens em garantia, cuja avaliação restou concluída pelos Oficiais de Justiça.

Ver abaixo um resumo com a exposição fiscal referente ao T.Bills:

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Valores contabilizados como passivo não circulante (*)	1.730.537	1.699.077
Contingências não contabilizadas: (**)		
Perda possível	426.865	418.917
Perda remota	173.067	170.100
Total das contingências	<u>599.932</u>	<u>589.017</u>
Total do passivo e das contingências	<u>2.330.469</u>	<u>2.288.094</u>

(\*) Ver abaixo a composição do passivo contabilizado:

<u>Ano-base</u>	<u>Principal</u>	<u>Multa</u>	<u>Juros e encargos</u>	<u>Total em 30/06/2025</u>	<u>Total em 31/12/2024</u>
1998	51.395	51.395	352.978	455.768	447.951
1999	58.721	54.285	369.060	482.066	473.559
2001	175.375	-	617.328	792.703	777.566
Total	<u>285.491</u>	<u>105.680</u>	<u>1.339.366</u>	<u>1.730.537</u>	<u>1.699.077</u>

O passivo T.Bills foi classificado no passivo não circulante pois a Administração da Companhia entende que não haverá desembolso de caixa durante 12 meses após a data base das demonstrações financeiras considerando-se que: a) os processos sobre T.Bills estão em andamento na justiça e com a exigibilidade suspensa; e b) a transação tributária com a PGFN mencionada na nota explicativa 1.3 ainda não foi concluída.

(\*\*) Parte da exposição fiscal referente as multas dos processos T.Bills não foi contabilizada como passivo em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 pois foi considerada pela Administração da Companhia como contingências com risco de perda possível ou remoto, conforme resumido abaixo:

<u>Ano-base</u>	<u>30/06/2025</u>			<u>31/12/2024</u>		
	<u>Perda possível</u>	<u>Perda remota</u>	<u>Total não contabilizado (*)</u>	<u>Perda possível</u>	<u>Perda remota</u>	<u>Total não contabilizado (*)</u>
1998	-	98.398	98.398	-	96.700	96.700
1999	-	74.669	74.669	-	73.400	73.400
2001	426.865	-	426.865	418.917	-	418.917
Total	<u>426.865</u>	<u>173.067</u>	<u>599.932</u>	<u>418.917</u>	<u>170.100</u>	<u>589.017</u>

(\*) Ver divulgações sobre a natureza destas contingências na nota explicativa nº 21.3 (c.1) das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

As explicações sobre as naturezas e evolução histórica de cada processo estão divulgadas nas notas explicativas nº 17 e nº 21.3 (c.1) das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, que devem ser lidas em conjunto com estas informações trimestrais.

No período findo em 30 de junho de 2025, não ocorreram fatos novos ou alterações processuais relevantes que modificassem a avaliação de risco da Administração, permanecendo inalteradas as classificações de risco em relação à posição divulgada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2024.

Para a descrição dos eventos subsequentes ocorridos entre 30 de junho de 2025 e a data de emissão destas demonstrações financeiras intermediárias, vide as notas explicativas nº 32.2 e nº 1.3.

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido antes dos impostos	3.612	58.151	3.168	57.941
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Débito de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(1.228)	(19.771)	(1.230)	(19.700)
Efeito de provisões e multas indedutíveis	(119)	(79)	(119)	(79)
Equivalência patrimonial	50	(12)	50	-
Outros efeitos	987	(3.447)	545	(3.319)
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	(310)	(23.309)	(754)	(23.098)
Alíquota efetiva	-9%	-40%	-21%	-40%

## 18.1. Movimentação e estimativas de realização dos ativos diferidos

Ativo diferido	Controladora e Consolidado			
	31/12/2024	Movimentação	30/06/2025	%
Prejuízo fiscal e base negativa de CS	39.720	(2.170)	37.550	52%
Diferenças temporárias	24.074	10.402	34.476	48%
Provisão para riscos cíveis	5.718	251	5.968	8%
Provisão para riscos trabalhistas	3.387	153	3.541	5%
Provisão para riscos tributários	279	18	297	0%
Participação nos lucros	2.133	1.729	3.862	5%
Provisão para perdas de créditos	747	(1)	746	1%
Provisão para perda nos estoques	445	649	1.095	2%
Provisão para investimentos comerciais	3.766	4.874	8.639	12%
Provisão para Fretes	5.292	(212)	5.080	7%
Efeito adoção IFRS 9 e IFRS 15	(156)	490	334	0%
Outros	2.462	2.452	4.914	7%
Subtotal IRPJ/CSLL diferido ativo	63.794	8.232	72.026	100%

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia, a estimativa de realização dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

Descrição	2025	2026	2027	Após 2028	30/06/2025	31/12/2024
Ativo diferido	1.713	7.031	10.547	52.735	72.026	63.794

A Administração monitora o desempenho operacional e avalia se o imposto de renda diferido ativo pode ser realizado a partir de algumas fontes de utilização: potencial de compensação de prejuízos fiscais, reversão de diferenças temporárias tributáveis, oportunidades de planejamento tributário, compensações com tributos federais em programa de parcelamentos e projeção de lucros tributáveis futuros.

Em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a Controladora Bombril S.A., avaliou a recuperabilidade da utilização dos créditos fiscais e, portanto, não registrou no balanço patrimonial imposto de renda diferido no valor de R\$534.343 sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Controlada Bril Cosméticos possui crédito de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL não registrados no balanço no montante de R\$15.810. A Companhia não teve atividade operacional, portanto, não há expectativa de realização da utilização dos créditos diferidos.

## 18.2. Movimentação do passivo diferido

A Companhia possui passivo diferido registrado na controlada Bril Cosméticos relativo à incorporação reversa da Bombril Mercosul S.A. em dezembro de 2017, cuja movimentação está assim representada:

Passivo diferido	Controladora e Consolidado			
	31/12/2024	Movimentação	30/06/2025	%
Reserva de reavaliação	7.845	(560)	7.589	21%
Custo atribuído	30.043	(133)	29.978	79%
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	<u>37.888</u>	<u>(693)</u>	<u>37.244</u>	<u>100%</u>

## 19. PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Honorários advocatícios (a)	1.508	1.460	1.508	1.460
Prestação de serviços (b)	11.559	6.411	11.849	6.701
Subvenções fiscais e outros	16.443	6.556	16.443	6.593
Total	<u>29.510</u>	<u>14.427</u>	<u>29.800</u>	<u>14.754</u>
Circulante	28.002	12.967	28.292	13.294
Não circulante	1.508	1.460	1.508	1.460

(a) Refere-se a provisão de honorários advocatícios de êxito em demandas judiciais.

(b) Substancialmente representado pela provisão de serviços e de consultorias.

## 20. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Incentivos comerciais	18.739	12.528	18.739	12.528
Energia Elétrica	1.234	1.180	1.234	1.180
Fretes (a)	16.493	17.465	1.461	5.477
Outros	549	603	626	602
Total	<u>37.015</u>	<u>31.776</u>	<u>22.060</u>	<u>19.787</u>
Circulante	36.797	31.558	21.842	19.573
Não circulante	218	218	218	218

(a) Parte do saldo refere-se a contas a pagar de prestação de serviços de frete com a parte relacionada (BB Log), que intermediava a contratação de transportes.

## 21. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Reconhecida quando a obrigação for considerada provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos (internos e externos) da Companhia, e puder ser mensurada com razoável confiabilidade.

A contrapartida da obrigação é uma despesa no resultado do exercício. Essa provisão é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou administrativo ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a probabilidade de desembolso não seja mais considerada provável ou baixada quando a obrigação for efetivamente liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende somente da atuação da Companhia e as incertezas inerentes ao ambiente legal envolvem o exercício de julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros para determinar as estimativas de perda. As provisões são constituídas levando em conta a individualidade de cada processo, a classificação de perda e a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos.

### 21.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Trabalhistas (a)	10.414	9.962	10.414	9.986
Cíveis (a)	17.554	16.816	17.632	16.852
Fiscais	872	822	2.700	2.538
<b>Total</b>	<b>28.840</b>	<b>27.600</b>	<b>30.746</b>	<b>29.376</b>

- (a) Em decorrência do processo de Recuperação Judicial mencionado na nota explicativa 1.2, em 30 de junho de 2025, o saldo de créditos concursais é de R\$18.871 (R\$5.009 - processos de natureza trabalhista e R\$13.862 - processos de natureza cível com fornecedores) no Consolidado. Estes valores referem-se a obrigações constituídas até a data do pedido de recuperação judicial, estando com sua exigibilidade suspensa e sujeitos às condições de pagamento estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

As explicações sobre as naturezas e evolução históricas dos principais processos estão divulgadas na nota explicativa nº 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, que devem ser lidas em conjunto com estas informações trimestrais.

### 21.2. Movimentação da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.962	16.816	823	27.601	9.985	16.853	2.538	29.376
Constituição de provisões	659	771	-	1.430	659	812	-	1.464
Atualizações	466	909	49	1.424	466	909	170	1.545
Outros efeitos	(478)	(942)	-	(1.420)	(478)	(942)	-	(1.420)
Baixas por pagamentos	(195)	-	-	(195)	(219)	-	-	(219)
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>	<b>10.414</b>	<b>17.554</b>	<b>872</b>	<b>28.840</b>	<b>10.414</b>	<b>17.632</b>	<b>2.708</b>	<b>30.746</b>

### 21.3. Riscos com probabilidade de perda considerada possível

Os passivos contingentes não são provisionados pela Companhia quando classificados com probabilidade de perda possível ou remota. A Companhia, ao classificar as contingências como perda possível, leva em consideração as orientações dos seus consultores jurídicos internos e externos.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis.

As ações discutidas nas esferas administrativa e judicial com perda possível totalizam os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Trabalhistas	40.870	38.811	40.870	38.840
Cíveis	21.354	9.898	21.740	10.167
Fiscais (a)	727.162	683.689	736.797	693.021
Total	789.386	732.398	799.408	742.028

As explicações sobre as naturezas e evolução históricas dos principais processos estão divulgadas na nota explicativa nº 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, que devem ser lidas em conjunto com estas informações trimestrais.

- (a) A principal contingência fiscal refere-se ao processo T Bills (R\$426.865 em 30 de junho de 2025 e R\$418.917 em 31 de dezembro de 2024), conforme divulgado na nota explicativa nº 17 destas informações trimestrais e na nota explicativa nº 21.3 (c1) das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

#### 21.4. Depósitos judiciais

A Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate desses depósitos por uma das partes envolvidas. Em 30 junho de 2025, o montante é de R\$80.749 (R\$73.313 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora, conforme naturezas abaixo:

Natureza dos processos	30/06/2025	31/12/2024
Trabalhistas	14.412	15.426
Cíveis	4.738	4.646
Tributárias (*)	61.599	53.241
Total	80.749	73.313

- (\*) Deste valor, R\$52.669 em 30 de junho de 2025 refere-se ao processo T. Bills mencionado na nota explicativa nº 17 (R\$49.474 em 31 de dezembro de 2024).

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

### 22.1. Capital social

A composição do capital social de R\$879.785, em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está representado por ações ordinárias ("ON") e ações preferenciais ("PN") conforme segue:

Acionista	30/06/2025		31/12/2024	
	ON	PN	ON	PN
Ronaldo Sampaio Ferreira	-	594.100	-	594.100
Newco International Ltd.	130.687.432	51.297.400	130.687.432	51.297.400
BHD Participações S.A.	6.927.885	-	6.927.885	-
Investidores institucionais	-	58.157	-	209.632
Investidores pessoa física	-	30.657.130	-	30.489.491
Investidores pessoa jurídica	-	40.287.574	-	40.301.342
Investidores estrangeiros no mercado local	-	-	-	2.396
Ações em Tesouraria	-	100	-	100
Total	137.615.317	122.894.461	137.615.317	122.894.461

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de dividendo de 10% superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias. Para as ações de qualquer espécie é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor.

#### 22.2. Ajustes de avaliação patrimonial

Outras reservas incluem:

Reserva de reavaliação - Em 30 de junho de 2025, a reserva de reavaliação reflexa da controlada Bril Cosméticos S.A., líquida dos efeitos tributários, é de R\$12.946 (R\$13.941 em 31 de dezembro de 2024).

Custo atribuído - O custo atribuído dos ativos imobilizados foi reconhecido em contrapartida de reservas de reavaliação e, conforme as depreciações, alienação ou baixa do respectivo ativo imobilizado, tais saldos são reconhecidos em contrapartida da rubrica de lucros/(prejuízos) acumulados. O saldo em 30 de junho de 2025 é de R\$59.824 (R\$59.521 em 31 de dezembro de 2024).

#### 23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração definiu o segmento de Higiene e Limpeza como sendo o principal e único segmento operacional de negócio, baseando-se nos relatórios utilizados pelos representantes da governança, os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas.

As metas de avaliação de desempenho, alocações de recursos e gestão do negócio são definidas e acompanhadas considerando o segmento de Higiene e Limpeza como um todo.

## 24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2024 à 30/06/2024
Receita bruta	1.169.262	597.624	1.179.933	632.187	1.168.165	595.276	1.180.680	632.285
(-) Devoluções de vendas (a)	(20.256)	(9.657)	(28.213)	(14.106)	(20.258)	(10.108)	(28.813)	(14.106)
(-) Acordos Comerciais (b)	(56.957)	(28.906)	(90.197)	(51.234)	(56.957)	(28.456)	(90.197)	(51.234)
(-) Impostos sobre a receita	(279.297)	(142.354)	(277.765)	(149.146)	(277.229)	(140.353)	(277.740)	(149.133)
Receita líquida de vendas	<u>812.752</u>	<u>416.256</u>	<u>783.758</u>	<u>417.701</u>	<u>813.721</u>	<u>416.360</u>	<u>783.930</u>	<u>417.812</u>

- (a) As devoluções e cancelamentos de vendas são reconhecidos considerando a emissão do documento fiscal de saída e a de retorno das mercadorias.
- (b) Os acordos comerciais são reconhecidos mensalmente conforme os termos contratuais específicos, incluindo verbas incondicionais, inauguração e reinauguração, acordo de crescimento e contratos logísticos.

25. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2024 à 30/06/2024
Despesas com insumos	(393.586)	(192.990)	(347.831)	(179.112)	(390.501)	(190.800)	(344.973)	(177.518)
Despesas com pessoal	(119.154)	(67.324)	(120.101)	(77.595)	(120.028)	(67.894)	(120.943)	(43.214)
Despesas com energia elétrica	(8.011)	(3.866)	(8.794)	(6.041)	(8.021)	(3.870)	(8.814)	(6.027)
Despesas com manutenções	(17.396)	(10.153)	(17.332)	(13.039)	(17.602)	(10.359)	(17.529)	(13.204)
Desp. de depreciação e amortização	(10.973)	(5.392)	(12.406)	(10.131)	(12.166)	(5.927)	(14.555)	(12.152)
Desp. com promoção e propaganda	(18.565)	(12.572)	(11.197)	(4.432)	(18.578)	(12.585)	(11.197)	(4.432)
Despesas de aluguéis	(10.332)	(5.337)	(8.879)	(7.559)	(10.701)	(5.529)	(9.244)	(7.697)
Despesas com fretes	(99.253)	(52.435)	(85.180)	(37.248)	(99.335)	(52.475)	(85.249)	(72.195)
Outras despesas (a)	(66.014)	(29.700)	(51.189)	(20.986)	(67.417)	(30.625)	(50.737)	(19.792)
Total de despesas	<u>(743.284)</u>	<u>(379.769)</u>	<u>(662.909)</u>	<u>(356.143)</u>	<u>(744.349)</u>	<u>(380.064)</u>	<u>(663.241)</u>	<u>(356.231)</u>

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2024 à 30/06/2024
Custos dos produtos vendidos (b)	(492.713)	(244.906)	(451.724)	(247.894)	(492.148)	(244.130)	(450.759)	(247.330)
Despesas com vendas	(188.584)	(101.092)	(151.166)	(77.233)	(189.520)	(101.745)	(151.767)	(77.538)
Despesas administrativas	(61.987)	(33.771)	(60.019)	(31.016)	(62.681)	(34.189)	(60.715)	(31.363)
<b>Total</b>	<b>(743.284)</b>	<b>(379.769)</b>	<b>(662.909)</b>	<b>(356.143)</b>	<b>(744.349)</b>	<b>(380.064)</b>	<b>(663.241)</b>	<b>(356.231)</b>

(a) Substancialmente composto por taxas, consumo de gás e despesas com viagens.

(b) Substancialmente composto por insumos de produção, tais como químicos, aço e embalagens.

## 26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2024 à 30/06/2024
Provisão para riscos judiciais (a)	(583)	(969)	(1.462)	(2.725)	(676)	(1.028)	(676)	851
Despesas e custos com processos judiciais	(1.225)	(235)	-	1.316	(1.277)	(274)	(1.277)	(1.277)
Despesas com baixas efetivas de clientes	28	8	74	-	28	8	28	(46)
Provisão/Reversão PCLD	(1.464)	(875)	(1.427)	452	(1.464)	(875)	(1.464)	(37)
Outras	(127)	8	(798)	-	(151)	(17)	(363)	(520)
<b>Total</b>	<b>(3.371)</b>	<b>(2.063)</b>	<b>(3.613)</b>	<b>(957)</b>	<b>(3.540)</b>	<b>(2.186)</b>	<b>(3.752)</b>	<b>(1.029)</b>

(a) A movimentação de contingências judiciais refere-se ao saldo líquido entre as provisões, baixas e reversões.

## 27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2024 à 30/06/2024	01/01/2025 à 30/06/2025	01/07/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024	01/07/2024 à 30/06/2024
Receitas financeiras (a)	977	361	3.724	1.421	979	361	3.820	1.426
Juros sobre empréstimos, fomento e duplicatas descontadas (b)	(25.726)	(10.160)	(56.301)	(27.942)	(25.900)	(10.215)	(56.309)	(27.950)
Juros sobre impostos	(3.215)	(1.619)	(4.041)	(1.909)	(3.223)	(1.627)	(4.050)	(1.909)
Juros por renegociação com fornecedores	(3.643)	(2.873)	(16)	(14)	(3.645)	(2/872)	(16)	(14)
Variação cambial	(27)	(1)	73	91	(27)	(1)	72	90
Desp. com atualização monetária T-Bills	(31.460)	(16.308)	-	-	(31.460)	(16.308)	-	-
Outras despesas financeiras	757	927	(2.489)	(1.057)	612	(2.105)	(2.514)	(1.063)
Despesas financeiras	(63.314)	(30.034)	(62.774)	(30.831)	(63.643)	(30.256)	(62.817)	(30.846)
Resultado financeiro	(62.337)	(29.673)	(59.050)	(29.410)	(62.664)	(29.895)	(58.997)	(29.420)

- (a) Refere-se, substancialmente, a rendimentos com aplicações financeiras e correção monetária sobre saldo dos créditos não compensados até o período findo em 30 de junho de 2025 referente ao processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (nota explicativa nº 7).
- (b) O valor dos juros do consolidado em 30 de junho de 2025 está distribuído em: (i) Juros sobre empréstimos e financiamentos R\$ 22.327 (nota explicativa 16.2); (ii) Outros R\$3.399.

## 28. RESULTADO POR AÇÃO

	PN	ON	01/01/2025 à 30/06/2025	01/04/2025 à 30/06/2025
Numerador básico e diluído				
Lucro atribuível a cada classe de ações	1.851	2.071	3.922	3.778
Denominador básico e diluído				
Média ponderada de ações	122.894.461	137.615.317	260.509.778	260.509.778
Lucro básico e diluído por ação (R\$)			0,00015	0,00014
	PN	ON	01/01/2024 à 30/06/2024	01/04/2024 à 30/06/2024
Numerador básico e diluído				
Lucro atribuível a cada classe de ações	16.437	18.405	34.842	19.856
Denominador básico e diluído				
Média ponderada de ações	122.894.461	137.615.317	260.509.778	260.509.778
Lucro básico e diluído por ação (R\$)			0,00131	0,00075

As ações preferenciais de emissão da Companhia não são conversíveis, não conferindo a seus titulares qualquer direito de conversão, automática ou facultativa, em ações ordinárias, nos termos previstos no Estatuto Social e na legislação societária aplicável.

## 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Classificação e mensuração - ativos e passivos financeiros

O CPC 48 (Instrumentos Financeiros) contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia são todos mensurados pelo custo amortizado.

Redução ao valor recuperável (“impairment”) - ativos financeiros e ativos contratuais

A Companhia mensura as perdas de crédito por meio do modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”, o qual se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Para as contas a receber, a Companhia realizou o cálculo da perda esperada tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, classificação de risco dos seus clientes, ajustada por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

## a) Considerações sobre riscos

## (i) Risco de crédito

O Grupo restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas, conforme nota explicativa nº 5.

## (ii) Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia e suas controladas não possuíam saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e as aquisições de insumos com preços atrelados à moeda estrangeira não representam montantes significativos, não caracterizando exposição material ao risco cambial.

O risco cambial influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. As compras de algumas matérias-primas ocorrem com fornecedores locais e em reais baseadas nas cotações dos produtos em dólar.

O Grupo não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

## (iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Devido ao montante de operações com taxas pós-fixadas não ser significativo, o Grupo não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

## (iv) Risco de preço dos insumos

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia tem como diretriz diversificar seus fornecedores de insumos, abrindo frequentes cotações, tanto para fornecedores cadastrados, quanto para fornecedores entrantes, além do monitoramento permanente das oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos.

## (v) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que a Companhia enfrente dificuldades para cumprir as obrigações financeiras quando vencerem.

A Companhia gerencia o risco de liquidez através monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O risco de liquidez poderá ser afetado pelo desfecho da transação tributária sobre T.Bills em negociação com a PGFN, mencionada na nota explicativa 1.3, bem como pelo processo de recuperação judicial mencionado nas notas explicativas 1.2, 1,4 e 32.1.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	195.391	291.890	195.391	291.890
Fornecedores	283.511	190.116	279.672	189.220
Passivo de arrendamento mercantil	10.957	13.670	6.640	9.245

## b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
<u>Ativos financeiros ao custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	27.366	33.320	27.344	36.396
Títulos e valores mobiliários	4.810	30.621	4.810	30.622
Contas a receber	219.143	196.709	219.143	196.709
Partes relacionadas	8.806	2.247	-	-
Depósitos judiciais	80.749	73.313	80.749	73.310
<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>				
Fornecedores	283.511	190.116	279.672	189.220
Empréstimos e financiamentos	195.391	291.890	195.391	291.890
Partes relacionadas	31.376	31.174	-	-

## c) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta à oscilação do dólar norte-americano, que influencia no custo das matérias-primas adquiridas localmente em moeda local. Entretanto em 30 de junho de 2025, a Companhia não possui ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira que possam gerar risco de exposição cambial significativo.

## d) Análise de sensibilidade de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% a.m. é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 2% a.m. mais altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes a despesa financeira do período em 30 de junho de 2025 aumentaria em R\$9.657. Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

## e) Análise de sensibilidade sobre os empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras:

Na elaboração dessa análise de sensibilidade apresentada a seguir, a Administração adotou dois cenários de riscos (aumentos de 25% e de 50% na taxa de juros SELIC vigente em 30/06/25):

Operação	Saldo em 30/06/2025	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			(atual)	(25%)	(50%)
			15,00%	18,75%	22,50%
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	6.308	CDI			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(195.391)	CDI			
Exposição passiva líquida	(189.083)				
Análise de sensibilidade - despesa financeira anual estimada			28.362	35.453	42.544

## 30. COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, de acordo com a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A seguir a tabela com o resumo das suas apólices contratadas em 30 de junho de 2025:

Riscos	Cobertura	Controladora e Consolidado Valor em risco
Patrimonial - Riscos operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos, lucros cessantes	725.366
Responsabilidade civil de administradores	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	70.000
Transporte nacional	Mercadorias em trânsito	1.500
Seguro garantia - judicial	Processos judiciais	20.899
Veículos	Sinistros diversos	Tabela FIP

## 31. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Em 30 de junho de 2025, a Companhia e suas controladas têm dado como garantia, hipotecas (todos os graus), avais, penhor, caução e fianças no montante de R\$2.119.364 (R\$441.207 em 31 de dezembro de 2024), referentes a itens do ativo imobilizado oferecidos em garantia e participações societárias, fianças, avais e cauções. Estes foram dados como garantia de processos judiciais em andamento, contratos de fornecimentos de produtos, arrendamento mercantil e compromissos de empresas relacionadas. Além desses, foram dadas as seguintes garantias:

- (a) Aplicações financeiras compromissadas junto às instituições financeiras, no montante de R\$30.181 (R\$30.757 em 31 de dezembro de 2024), com vencimentos entre abril de 2025 e outubro de 2028, garantindo de 50% a 70% do saldo devedor de capital de giro e fiança bancária tomados juntos à essas instituições.
- (b) Alienação fiduciária das marcas “Bombril”, “Kalipto”, “Limpol”, “Mon Bijou”, “NO AR”, “Pinho Bril”, “Pinho Bril Plus” de propriedade de controlada.
- (c) Alienação fiduciária de lista pré-definida de estoques.
- (d) Cessão fiduciária de duplicatas e outros direitos creditórios no valor de R\$33.941 em 30 de junho de 2025 (R\$99.780 em 31 de dezembro de 2024).

Os ativos imobilizados dados em garantia à execução fiscal referente Compra e Venda de Títulos aguardam deferimento de aceitação pelo juiz dos referidos processos.

## 32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Ver abaixo os eventos subsequentes além daqueles já divulgados na nota explicativas 1.

## 32.1. Atualizações sobre a Recuperação Judicial

Procedimento de Eleição de Modalidades de Pagamento de Credores

Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, a Administração da Companhia fez uma avaliação se as dívidas objeto da RJ sofreram modificação substancial. Uma modificação substancial da dívida é aquela que altera os termos do contrato original de forma significativa, que pode ser avaliada de duas formas principais (teste qualitativo e teste quantitativo).

Considerando as novas condições escolhidas pelos credores, e considerando se que a recuperação judicial não possui condições suspensivas, a Administração entende que houve mudança substancial de alguns passivos financeiros, principalmente para a parcela da dívida referente aos credores concursais não colaboradores.

Para os casos em que houve mudança substancial do passivo, a Companhia, realizará no primeiro trimestre de 2026 a baixa / extinção do passivo financeiro original, conforme requerido pelo CPC 48, itens 3.3.1 a 3.3.3 (IFRS 9), e reconhecerá novo passivo financeiro mensurado a valor justo. Para os passivos que não tiveram mudança substancial dos termos, a Companhia efetuará avaliação para concluir se deveria efetuar ajuste a valor presente dos passivos financeiros no primeiro trimestre de 2026.

A Administração da Companhia fez suas melhores estimativas dos efeitos, como resumido abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores e processos cíveis com fornecedores	Processos trabalhistas	Total
Saldo em 30 de junho de 2025 (c)	89.279	232.497	5.009	326.785
Saldos em 25 de fevereiro de 2026 antes dos ajustes:				
Colaboradores	91.864	201.809	-	293.673
Credores que receberão 100% do saldo de até R\$10 a vista em até 30 dias	-	2.901	144	3.045
Não colaboradores	2	28.347	4.898	33.247
Total	91.866	233.057	5.042	329.965
Estimativa do ajuste de ganho de deságio - "haircut" (a)	(2)	(21.259)	(3.482)	(24.742)
Subtotal	91.864	211.798	1.560	305.222
Estimativa do ajuste a valor justo (ganho) (b)	(6.815)	(5.714)	(212)	(12.741)
Saldo em 25 de fevereiro de 2026 após os ajustes	85.049	206.084	1.348	292.481
Valor antes dos pagamentos (ver subtotal acima)	91.864	211.798	1.560	305.222
Pagamentos já realizados até 31 de março de 2026	(3.828)	(67.722)	(1.560)	(73.110)
Saldo pendente de pagamento em 31 de março de 2026	88.036	144.076	-	232.112
<u>Fluxo estimado de pagamentos:</u>				
Em até 12 meses	42.104	135.447	-	177.551
Após 12 meses	45.932	8.629	-	54.561
Total	88.036	144.076	-	232.112

- (a) Credores concursais não colaboradores - redução do saldo do passivo, conforme a opção de pagamento selecionada pelos credores financeiros e não financeiros sofreram um desconto de 70% no valor de seus créditos, em conformidade com as disposições do Plano de Recuperação Judicial. O montante do deságio será reconhecido, no primeiro trimestre de 2026, no resultado do período, no resultado financeiro.

- (b) Ajuste a Valor Justo - refere-se ao cálculo do ajuste a valor justo do passivo, conforme modalidade de pagamento selecionada pelos credores financeiros e as diretrizes estabelecidas do Plano de Recuperação Judicial. Esse cálculo considerou os novos valores devidos, prazos e condições de pagamento. Para as mensurações dos valores justos das dívidas a Companhia utilizou a taxa de desconto de 18,86%. Os valores resultantes desse ajuste a valor justo serão reconhecidos como ganho no resultado do primeiro trimestre de 2026, como resultado financeiro. Os passivos financeiros da Companhia, serão mensurados pelo valor justo em 25 de fevereiro de 2026, data da modificação substancial e, subsequentemente, passarão a ser mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.
- (c) As variações observadas entre os saldos registrados em 30 de junho de 2025 e a lista de credores publicada em 25 de fevereiro de 2026 refletem os ajustes legais da fase de verificação de créditos da Recuperação Judicial, contemplando as atualizações por habilitações retardatárias, divergências e impugnações transitadas em julgado e liquidações através de garantias executadas.

Detalhes e divulgações complementares sobre o processo de recuperação judicial estão apresentados na nota explicativa nº 1.2.

### 32.2. Atualizações sobre os processos T.Bills mencionados na nota explicativa nº 17

Conforme mencionado na nota explicativa 17, a Companhia mantém discussões judiciais e administrativas sobre as autuações de IRRF (processo T.Bills).

Subsequentemente ao período findo em 30 de junho de 2025, ocorreram os seguintes eventos subsequentes:

Em 25 de novembro de 2025, a Companhia, obteve decisão judicial favorável no TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), reformando totalmente a sentença desfavorável anterior referente ao processo T.Bills de 2001. Em 9 de abril de 2026 o recurso de Embargos de Declaração, protocolado pela PGFN, foi indeferido, garantindo acesso aos tribunais superiores. Para este processo a Companhia possui em 30 de junho de 2025 um passivo contabilizado de R\$792.703 e contingência com perda possível não provisionada de R\$426.865.

Em relação à estratégia de redução de multas via PRDIs (Pedido de Revisão de Dívida Inscrita - Lei nº 14.689/2023), a Companhia recebeu:

- Decisão favorável da PGFN em 27 de agosto de 2025 para redução da multa de 150% para 100% em parte dos débitos. O valor envolvido em 31 de março de 2025 é de R\$171.587 e está classificado como perda remota.
- Decisão desfavorável em 25 de agosto de 2025 para outra parcela dos débitos, a qual se encontrava em fase de recurso administrativo apresentado em 04 de setembro de 2025. Em 28 de fevereiro de 2026, o recurso interposto contra o indeferimento do PRDI foi rejeitado, ocasião que restou encerrada a discussão na esfera administrativa. O montante envolvido da contingência é de R\$426.865, em 30 de junho de 2025, cuja classificação de risco é de perda possível.

A Administração da Companhia entende que estes eventos não afetaram as classificações de riscos dos processos para fins contábeis.

### 32.3. Outros eventos subsequentes

Em 20 de fevereiro de 2026 e 20 de março de 2026 a Companhia recebeu R\$150.000 referente a primeira tranche do empréstimo na modalidade DIP. Para maiores detalhes da operação, vide nota explicativa nº 1.4.